

Versão final

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura Cidade Tiradentes**

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Giuseppe Filocomo

Lista de siglas

AMA	Assistência Médica Ambulatorial
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CEDESP	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo
CEI	Centro de Educação Infantil
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro Educacional Unificado
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COVID 19	Doença causada pelo novo coronavírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
EE	Escola Estadual
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ETEC	Escola Técnica Estadual
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação de Mercado Popular
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MP	Ministério Público
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
OGP	Open Government Partnership

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PA	Perímetro de Ação
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa de Redução de Alagamento
PRS	Plano Regional da Subprefeitura
PSM	Pronto Socorro Municipal
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGA	Supervisão para Assuntos de Governo Aberto
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes

SPTrans	São Paulo Transporte S/A
SPUrbanismo	São Paulo Urbanismo
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SVMA - DIPO	Divisão de Implantação, Projetos e Obras da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URSI	Unidade de Referência à Saúde do Idoso
ZC	Zona Centralidade
ZCOR	Zona Corredor
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZER	Zona Exclusivamente Residencial
ZEU	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana
ZPI	Zonas Predominantemente Industriais
ZPR	Zona Predominantemente Residencial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	19
Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	20
Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.	21
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	37
Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.	54
Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	75
Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	84
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	87
Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Cidade Tiradentes.	90
Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.	98
Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais sobre Cidade Tiradentes.	99
Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Cidade Tiradentes.	132

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	12
Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil	23
Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras	24
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	26
Institucionalidades e administração pública	27
Planejamento urbano e planejamento orçamentário	29
Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada	31
1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA	33
1.1. Plano Regional da Subprefeitura Cidade Tiradentes	33
1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação (PAs)	38
2. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS 2019-2020	54
2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura	54
2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação	56
2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020	68
3. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	69
3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Cidade Tiradentes	79
3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação	84

4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	86
4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública	88
4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas	98
4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública	113
5. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	131

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata dos “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019. Os profissionais contratados participaram na elaboração dos Planos de Ações das Subprefeituras do município de São Paulo junto a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU-PMSP).

Além desta apresentação, os “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” estão organizados em duas partes. A primeira refere-se à Introdução, que apresenta e debate o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, assim como suas relações com o sistema de planejamento urbano, o processo orçamentário e a participação da sociedade civil organizada.

A segunda parte refere-se ao estudo desenvolvido para as 32 Subprefeituras do município de São Paulo, sendo essa parte estruturada em cinco seções:

1. Plano Regional da Subprefeitura: em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, discute:

1.1. Plano Regional da Subprefeitura: abarca o diagnóstico construído pelo processo do Plano Regional da Subprefeitura, introduzindo as questões urbanas particulares a cada Subprefeitura.

1.2 Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação: apresenta a caracterização e as diretrizes para cada Perímetro de Ação em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020: apresenta a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 do município de São Paulo, e debate a incidência deste sobre cada Subprefeitura e Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura: estuda a relação espacial entre Programa de Metas 2019-2020 e os Perímetros de Ação.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020: apresenta convergências e articulações entre os Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 para cada Subprefeitura.

3. Priorização dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura: apresenta a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação em reuniões com os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação: descreve os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas para tal, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação: apresenta síntese sobre os Perímetros de Ação prioritários, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as propostas da sociedade civil organizada a partir da audiência pública; síntese dessas propostas; classificação de cada proposta; autoria das respostas em termos de secretaria municipal; pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura; e as devolutivas de cada secretaria municipal sobre as propostas para o Plano de Ação.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal e a pertinência das demandas para o Plano de Ação.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas: apresenta as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas dos municípios.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam a implementação do Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda integram os Planos de Ação das Subprefeituras os anexos:

Anexo 01 - Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020.

Anexo 02 - Mapas do Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 03 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 04 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo.¹ O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2029.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e

¹ A Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA), foi instituída pela Prefeitura Municipal de São Paulo no Decreto no 54.794/2014 como parte da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (chamando-se, a princípio, São Paulo Aberta). Em janeiro de 2019, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto foi transferida para a Secretaria do Governo Municipal, em acordo com o Decreto No 58.596 de 07/01/2019. Seu principal objetivo é criar políticas públicas para difundir, articular e fomentar os conceitos de transparência, inovação, participação social e accountability na gestão pública como vias de combate à corrupção, além de interagir com a Open Government Partnership (OGP) na prestação de contas dos compromissos assumidos no Plano de Ação em Governo Aberto da cidade de São Paulo. O 2º Plano de Ação em Governo Aberto possui cinco compromissos, e o Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

Informações extraídas de: Documento interno elaborado por SGM-PMSP, outubro de 2019 (pp.1-6). Sobre Governo Aberto ver também: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=252984>, consultado em dezembro de 2020.

investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local. Para este trabalho, de modo geral, foram considerados somente os Perímetros de Ação inseridos integralmente nos territórios das Subprefeituras, e descartados os Perímetros de Ação Macrorregionais. Cabe reforçar, contudo, que isso foi de decisão autônoma por Núcleo Regional de Planejamento, e em acordo com as especificidades das Subprefeituras. Assim, algumas Subprefeituras consideravam e avaliavam os Perímetros de Ação Macrorregionais, a exemplo de Subprefeituras da Macrorregião Leste 1.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;
- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;
- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020 (cf. **Anexo 02**).

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos

nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido na “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020” (**Anexo 01**).

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

A avaliação técnica foi organizada em três etapas, e a articulação dos critérios se adequa a cada uma das etapas, conforme segue:

- i. identificar a relação espacial entre critérios e Perímetros de Ação; mediante *a aplicação dos critérios de análise para cada um dos Perímetros de Ação*;
- ii. avaliar a relevância dos diferentes critérios para cada um dos Perímetros de Ação, também com atenção ao Programa de Metas;
- iii. analisar a relação espacial entre Programa de Metas e os Perímetros de Ação, em acordo com os diferentes critérios e considerado o estágio do projeto, obra ou atividade (planejamento, em execução, ou executado).

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

A agenda de audiências públicas sofreu ajustes devido a fortes chuvas e ao agravamento das situações de risco das populações mais vulneráveis em subprefeituras

periféricas. Esse ajuste de datas se deu com vistas a potencializar a participação de população nas audiências públicas.

As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS). Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

O escopo das apresentações para as consultas à sociedade civil foi definido em conjunto pelos consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU. O escopo foi estruturado da seguinte maneira:

- Abertura por SGM e SMSUB – Subprefeito;
- Síntese dos conceitos gerais do Plano Regional da Subprefeitura;
- Apresentação dos Perímetros de Ação, e sua localização, principais aspectos que o caracterizam, principais diretrizes e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020;
- Apresentação de Quadro Síntese sobre os PA priorizados pelo Plano de Ação da Subprefeitura 2020 (cf. **Quadro 5**), acompanhado da justificativa que orientou essa priorização;
- Discussão aberta promovida na audiência pública;
- Manifestação verbal e escrita de participantes e representantes da sociedade civil;
- Síntese final sobre o objetivo principal da reunião, esclarecimentos necessários e validação e/ou realização de ajustes para orientar a formulação do Plano de Ação da Subprefeitura

- Dinâmica adotada nas audiências públicas: Plenária com os presentes, com a supervisão dos técnicos de PLANURBE-SMDU e consultores UNESCO. Foram utilizados os seguintes materiais pertinentes a cada Subprefeitura: 2 Mapas A0 de cada Subprefeitura; Mapas A3 para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura; Quadro Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020 (cf. **Quadro 3**); Quadro Perímetros de Ação priorizados e justificativas (cf. **Quadro 5**).

O último momento das audiências públicas foi dedicado à manifestação de representantes da sociedade civil, em formato plenária. O público foi composto pelos conselheiros participativos municipais, mas não exclusivamente, uma vez que as audiências foram públicas e abertas. Para além da manifestação verbal, os partícipes representantes da sociedade civil também registraram suas contribuições por escrito em fichas, conforme o modelo sugerido por SGM. As contribuições registradas por escrito, recolhidas ao longo das 32 audiências públicas nas Subprefeituras, são o insumo central para o desenvolvimento do presente relatório técnico.

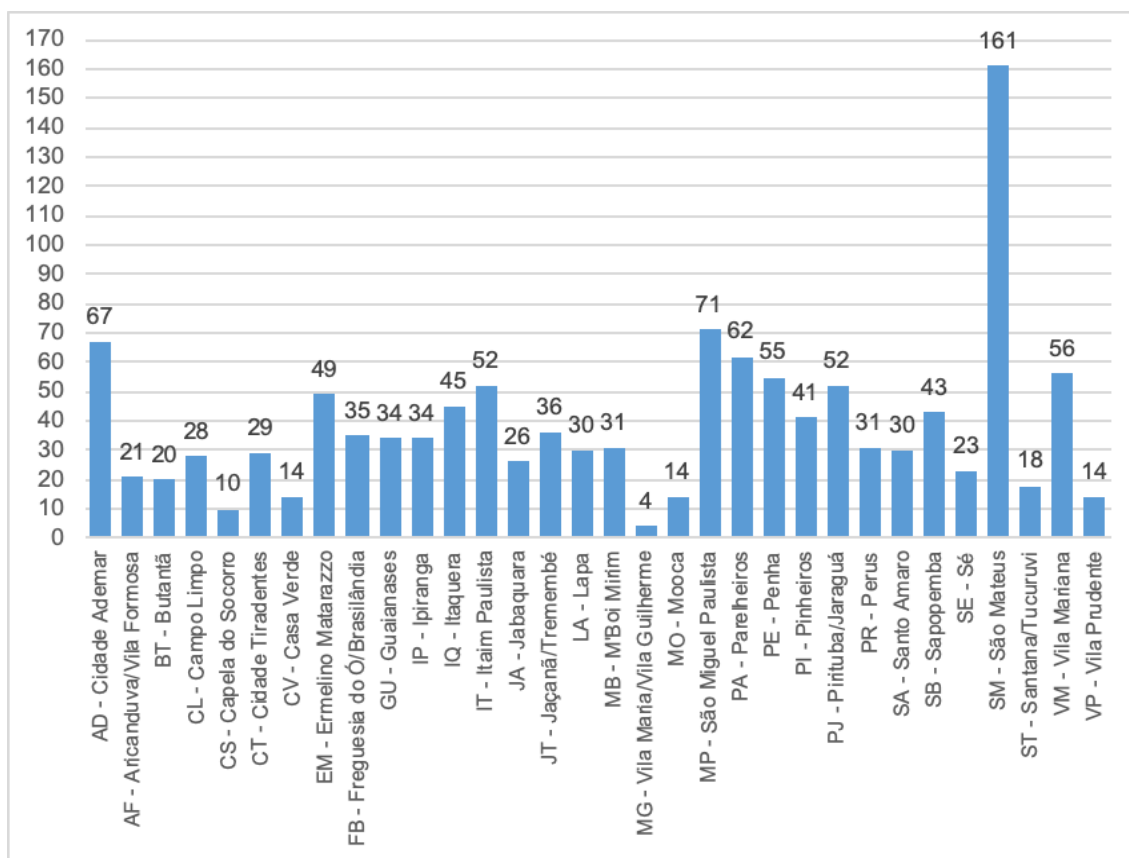
As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Quadro 1** e **Gráfico 1**.

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

Subprefeitura	Propostas	%
AD - Cidade Ademar	67	5%
AF - Aricanduva/Vila Formosa	21	2%
BT - Butantã	20	2%
CL - Campo Limpo	28	2%
CS - Capela do Socorro	10	1%
CT - Cidade Tiradentes	29	2%
CV - Casa Verde	14	1%
EM - Ermelino Matarazzo	49	4%
FB - Freguesia do Ó/Brasilândia	35	3%
GU - Guaianases	34	3%
IP - Ipiranga	34	3%
IQ - Itaquera	45	4%
IT - Itaim Paulista	52	4%
JA - Jabaquara	26	2%
JT - Jaçanã/Tremembé	36	3%
LA - Lapa	30	2%
MB - M'Boi Mirim	31	3%
MG - Vila Maria/Vila Guilherme	4	0%
MO - Mooca	14	1%
MP - São Miguel Paulista	71	6%
PA - Parelheiros	62	5%
PE - Penha	55	4%
PI - Pinheiros	41	3%
PJ - Pirituba/Jaraguá	52	4%
PR - Perus	31	3%
SA - Santo Amaro	30	2%
SB - Sapopemba	43	3%
SE - Sé	23	2%
SM - São Mateus	161	13%
ST - Santana/Tucuruvi	18	1%
VM - Vila Mariana	56	5%
VP - Vila Prudente	14	1%
Total	1236	100%

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

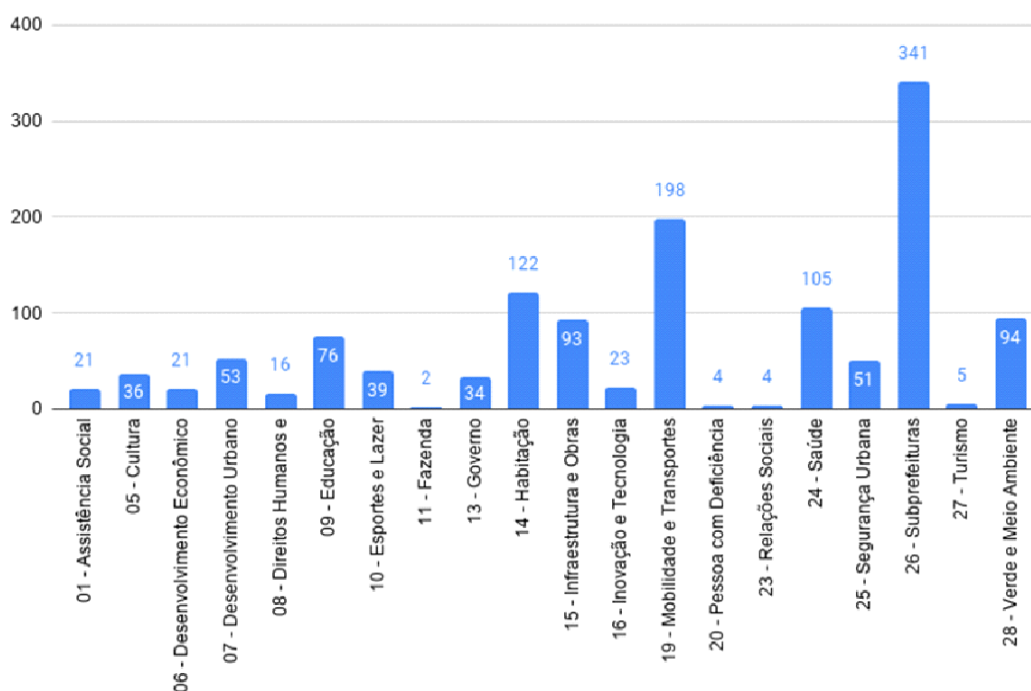


Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais, como evidenciam o **Quadro 2** e **Gráfico 2**.

Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.

Total Propostas	1236	
Total de Propostas Distribuídas*	1338	
* excluindo-se propostas não legíveis.		
* algumas propostas foram encaminhadas para mais de 1 secretaria.		
01 - Assistência Social	21 propostas	1,6%
05 - Cultura	36 propostas	2,7%
06 - Desenvolvimento Econômico	21 propostas	1,6%
07 - Desenvolvimento Urbano	53 propostas	4,0%
08 - Direitos Humanos e Cidadania	16 propostas	1,2%
09 - Educação	76 propostas	5,7%
10 - Esportes e Lazer	39 propostas	2,9%
11 - Fazenda	2 propostas	0,1%
13 - Governo	34 propostas	2,5%
14 - Habitação	122 propostas	9,1%
15 - Infraestrutura e Obras	93 propostas	7,0%
16 - Inovação e Tecnologia	23 propostas	1,7%
19 - Mobilidade e Transportes	198 propostas	14,8%
20 - Pessoa com Deficiência	4 propostas	0,3%
23 - Relações Sociais	4 propostas	0,3%
24 - Saúde	105 propostas	7,8%
25 - Segurança Urbana	51 propostas	3,8%
26 - Subprefeituras	341 propostas	25,5%
27 - Turismo	5 propostas	0,4%
28 - Verde e Meio Ambiente	94 propostas	7,0%



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Destaca-se que a maior parte das contribuições escritas da sociedade civil foram destinadas às Subprefeituras (341), Mobilidade e Transportes (198), Habitação (122), Saúde (105) e Infraestrutura (98). As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições de sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU-PMSP.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas *sine-die*.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras (cf. **Quadro 6**), e Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras (cf. **Quadro 8**).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021.

Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras

Para a finalização dos Planos de Ação, tendo em vista a impossibilidade de realização das reuniões devolutivas, recomenda-se a publicização das informações consideradas fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos:

- Inserção e disponibilização dos Perímetros de Ação (PA) que compõem os Planos Regionais de cada Subprefeitura na plataforma Geosampa;
- Disponibilização das apresentações dos Planos Regionais e respectivos Perímetros Prioritários preparada para a 1ª Rodada de Audiências com os Conselhos Participativos Municipais (CPM);
- Disponibilização da Apresentação contendo a Avaliação das demandas e propostas indicadas pelos Conselhos Participativos Municipais e sociedade civil em cada Subprefeitura. Essa apresentação é baseada na análise de viabilidade de atendimento, e/ou de outros encaminhamentos às demandas, pelos órgãos setoriais responsáveis, em atividade coordenada por SGM, que constam dos seguintes Quadros:
- **Quadro 6** – Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras,
- **Quadro 8** - Devolutivas das secretarias municipais, sobre as propostas da sociedade civil apresentadas para o Plano de Ação, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras.
- **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura, para o Plano de Ação de 2021 e para as demais peças de planejamento entre 2021-2024.

Recomenda-se a apresentação dos resultados desse trabalho aos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura tão logo seja possível em função das medidas de saúde pública requeridas pela pandemia da COVID-19 e respeitadas as restrições da legislação eleitoral.

Por fim, recomenda-se a articulação dos resultados do Plano de Ação das Subprefeituras para 2020 e das recomendações para o Plano de Ação para 2021 à discussão das propostas para a LOA e LDO para o ano de 2021.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Destaca-se também a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 em processo de consolidação institucional, e vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.²

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, estes trazem também recomendações para o Plano de Ação para 2021 e para o planejamento do período 2021-2024, recomendando-se que a elaboração de planos de ação das Subprefeitura se transforme em prática perene, rotineira e periódica de planejamento participativo.

2

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/index.php?p=237119>, portal eletrônico consultado em setembro de 2020.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, cabe uma síntese e considerações, que representam as lições apreendidas nesse processo. Essas considerações avançam em três principais eixos: (i) institucionalidades e administração pública; (ii) planejamento urbano e planejamento orçamentário; (iii) planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada.

Institucionalidades e administração pública

Em termos de institucionalidades e gestão pública, cada setor da administração pública municipal possui sua racionalidade própria, e incorpora objetivos, estratégias, critérios e forma de organização particulares, que orientam seus gastos e o exercício da sua função pública. Se a Secretaria Municipal de Transportes planeja e opera eixos e fluxos, a Secretaria Municipal de Saúde estrutura seus serviços com base na distribuição de equipamentos de saúde e a abrangência territorial das equipes de saúde da família, por exemplo. Ainda, cada órgão setorial organiza a sua descentralização administrativa de modo autônomo, por meio de gerências, coordenadorias, departamentos ou divisões técnicas regionais, por exemplo. Essas diversas racionalidades incorporam justificativas técnicas, históricas e políticas. Contudo, uma articulação entre essas perspectivas demanda um esforço para institucionalização dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a histórica atuação das Subprefeituras do município, e o significado das estratégias de descentralização administrativa da Prefeitura de São Paulo, que incorporam capacidade de acompanhamento das transformações na cidade.

Desse modo, os Núcleos Regionais de Planejamento criados pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016 e coordenados pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, são centrais ao debate e elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e instituem por meio de ações anuais e plurianuais os Planos Regionais das Subprefeituras elaborados com o horizonte de planejamento para 2029. Nesse contexto, os Núcleos Regionais de Planejamento representam a arena de articulação entre as pastas municipais, sendo essa articulação estabelecida a partir do espaço urbano e planejamento estatal de maneira descentralizada para a ação local. Desse modo, recomenda-se o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, como instância fundamental para a gestão da integração das ações setoriais no território, elaboração e implementação dos planos de ação local, e implantação dos objetivos e diretrizes dos Plano Regionais das Subprefeituras.

Além disso, a boa atuação do planejador demanda o acesso à informação organizada em sistemas inteligentes, ressaltando a pertinência da construção de um sistema e de um fluxo de informações no âmbito da administração pública direcionados ao planejamento local. Ou seja, a implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados de informações territorializadas na escala local, que

subsidiem a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento local.

Durante o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, destacou-se a dificuldade quanto à disponibilização e territorialização das ações do Programa de Metas 2019-2020, visto que as informações por metas não estavam disponíveis em banco de dados comuns e não estavam vinculadas ao território. Por não haver essa base de dados estruturada e disponível, não foi possível ter acesso às ações territorializadas desenvolvidas localmente pelas secretarias no biênio 2017-2018, informação fundamental para o acompanhamento processual das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras e subsequentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de planejamento para o ano de 2029, nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2016 e no Plano Diretor Estratégico 2014.

Ressalta-se a importância do constante monitoramento destes planos pela administração pública, à exemplo do que ocorre na escala do PDE 2014. A necessidade dessa prática reforça a premissa de regularidade e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, coordenados pelas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras. Essa prática deve estar alinhada ao processo de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, já em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela orientação, suporte técnico e suporte metodológico no desenvolvimento urbano e na articulação técnica dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de informações territorializadas é central à dissolução de assimetrias entre agentes e para ampliação da eficiência na atividade de planejamento. É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento tendo em vista sua responsabilidade em organizar as bases para a formulação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Planejamento urbano e planejamento orçamentário

A prática quadrienal de elaboração e revisão dos Planos de Ação das Subprefeituras não é desprovida de sentido. Visa o alinhamento processual entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, introduzindo a segunda vertente de considerações para o aperfeiçoamento desse processo.

Um importante debate relativo ao sistema municipal de planejamento urbano é o financiamento dos importantes investimentos em infraestruturas urbana, habitacional e ambiental, centrais para a estruturação urbana local, o que é possível deduzir a partir das demandas já incorporadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras, e também avaliadas pelas lições apreendidas no presente trabalho.

Os trabalhos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 se iniciaram no final de 2019, e são orientados em especial pelo Programa de Metas 2019-2020, instrumento este que também subsidia a formulação do planejamento orçamentário municipal. O ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, poderá contribuir para uma melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações setoriais integradas com reflexo importante no atendimento dos objetivos, diretrizes e metas de âmbito local.

Ambos, Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e Programa de Metas 2021-2024, podem informar a gestão orçamentária municipal, o Plano Plurianual 2022-2025, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Importante que o financiamento da estruturação urbana local esteja orientado por metas intersetoriais, como sugerem os Planos Regionais das Subprefeituras, metas articuladas também com atenção às especificidades levantadas pelo planejamento urbano.

Os Planos de Ação das Subprefeituras, o Programa de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual são peças de planejamento da administração pública dotadas de processos participativos próprios, atendendo aos preceitos de uma gestão democrática. Esses processos podem estar articulados por eventos comuns para promover a integração dos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, e de modo a fortalecer a participação da sociedade civil organizada. Isso implica na necessidade de uma articulação prévia entre

secretarias, desde órgãos responsáveis pelas finanças públicas e os órgãos setoriais específicos.

Uma outra articulação possível é entre os diferentes fundos municipais, que possuem finalidades específicas, mas que podem atuar conjuntamente sobre um único território ou com vistas à implementação das diretrizes dos Perímetros de Ação priorizados nos Planos de Ação das Subprefeituras. Neste caso, há ainda a destacar os conselhos participativos associados a cada fundo municipal como, por exemplo, o Fundo Municipal de Habitação que é associado ao Conselho Municipal de Habitação.

A publicização de balanços administrativos e fiscais, que analisem quanti e qualitativa e periodicamente à implementação do Programa de Metas e dos gastos públicos, contribuiria para o maior acompanhamento da integração das políticas setoriais, da sua aderência ao território e no dimensionamento das dificuldades a serem superadas durante os próximos ciclos de planejamento. Este seria ainda um importante subsídio para fortalecer a atuação da representação da sociedade civil nos espaços de controle social.

Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada

Neste item destaca-se a relevância conferida aos Conselhos Participativos Municipais (CPM) pelos processos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. As atribuições dos Conselhos Participativos Municipais guardam afinidade com as propostas dos Planos Regionais e respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Dentre outros, esses conselhos devem articular os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos e o controle social do poder público, fiscalizar e monitorar no território a execução orçamentária municipal. Neste sentido, os Conselhos Participativos Municipais de fato são instâncias pertinentes à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A consolidação dos conselhos participativos municipais fortalece o próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os conselheiros contribuem notoriamente para um debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência à percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos a partir do planejamento urbano local.

O esforço de consulta à sociedade civil deve colher as informações necessárias à atuação estatal, assim como, contribuir para a formação cívica sobre a administração municipal. Um melhor êxito nessa articulação de objetivos poderá estar associado a uma maior interação da SMDU com os CPMs, aliás solicitada por muitos conselhos, e também com a disponibilização prévia de mapas, tabelas e textos aos conselhos participativos e nos portais eletrônicos da municipalidade; etapas preparatórias de formação teórica sobre o Plano Diretor e os Planos Regionais, possível a partir de apresentação de *slides*, e dinâmicas ativas de participação, em mesas e oficinas de debate horizontal, com o uso da cartografia; devolutivas em formato interativo, com ampliação das oportunidades para esclarecimentos, estabelecimento de compromissos e considerações finais.

Em específico sobre as reuniões devolutivas, retoma-se os desafios apresentados para o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, em especial a maior articulação entre as pastas municipais. As propostas colhidas junto à sociedade civil devem ser verificadas junto aos setoriais municipais competentes. Atentar ao correto encaminhamento das

propostas da sociedade, no âmbito da administração pública, é premissa importante para o bom desempenho do processo participativo.

A territorialização das propostas da sociedade civil por Perímetros de Ação se mostrou um processo de fundamental importância para focalizar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras nas especificidades e integração de ações setoriais e deverá compor esforço de elaboração de futuras reuniões devolutivas à sociedade civil.

Por fim, sobre a participação da sociedade civil organizada, é pertinente um estudo sobre a garantia das condições econômicas, de suporte e políticas necessárias à boa organização desses conselhos, que passa pelo fortalecimento da representatividade democrática.

Para além das considerações aqui apresentadas e organizadas por eixos temáticos, destacamos que os desafios e potenciais listados acima não devem ser entendidos de modo estanque. Avançar de modo sistêmico, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo socialmente, é uma recomendação à prática e operação do sistema municipal de planejamento urbano em São Paulo, em especial em relação ao planejamento local.

1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA

A seção apresenta uma breve caracterização do território da Subprefeitura Cidade Tiradentes,³ assim como a caracterização e as diretrizes apresentadas para cada Perímetro de Ação,⁴ conforme o “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetros de Ação Cidade Tiradentes*”, publicado em dezembro de 2016.

1.1. Plano Regional da Subprefeitura Cidade Tiradentes

A Subprefeitura Cidade Tiradentes localiza-se no extremo leste do município de São Paulo, faz divisa com o município Ferraz de Vasconcelos. É composta, em grande medida, por conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público entre as décadas de 1970 e 1990. Há também bairros autoconstruídos, de alta precariedade, inclusive localizados em áreas de risco, conhecidos como Vila Yolanda, Jardim Pérola e Jardim Fátima, porção nordeste da Subprefeitura. Assentamentos precários, como a Favela Maravilhas e a Ocupação Gráficos, também existem nas demais porções da Subprefeitura. Com isso explica-se o crescimento populacional de 8.603 pessoas em 1980 para mais de 211.000 pessoas em 2010. A Subprefeitura é composta por um único distrito de mesmo nome.

Os dados públicos oficiais demonstram que, incrementalmente, as condições de vida na Subprefeitura podem melhorar ao longo das décadas. De qualquer modo, Cidade Tiradentes permanece um distrito de alta vulnerabilidade social. O Índice de Desenvolvimento Humano da Subprefeitura é o segundo menor dentre as subprefeituras, a frente apenas de Parelheiros. Cerca de 33% da população de Cidade Tiradentes encontra-se em situação de alta vulnerabilidade social. Os jovens de 0 a 14 anos representam 27,9% da população, enquanto os idosos 5,8%. O rendimento domiciliar per capita é de aproximadamente R\$500, um dos mais baixos para todo o município. Associado a isso, Cidade Tiradentes apresenta uma baixa oferta de

³ Com base em: *Datasub – Cadernos das Subprefeituras – material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras*, 2016. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>, consultado em janeiro de 2020.

⁴ Com base em: *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação*, 2016. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>, consultado em janeiro de 2020.

empregos formais, e apenas 43% da população encontra-se em situação ocupacional “empregado”, abaixo da média municipal. O mercado de trabalho informal deve ser melhor mensurado. Em contrapartida, existem duas escolas técnicas na Subprefeitura, e uma delas apoiada no eixo tecnológico “Ambiente e Saúde”, o que pode ser de interesse público, dada a proximidade com o Hospital Cidade Tiradentes. As demandas por serviços públicos estão presentes por todo o território, com atenção aos setores de assistência social, saúde básica, ensino infantil. Em termos de cultura, esporte e lazer, destaca-se a importância do CEU Inácio Monteiro, CEU Água Azul, Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes e Instituto Pombas na Subprefeitura. É prevista implantação de Território CEU na rua Alexandre Davidenko.

Segundo o Cadastro Territorial Predial de Conservação e Limpeza (TPCL), a grande parte da Subprefeitura encontra-se em situação de irregularidade fundiária. 5,6% dos domicílios encontram-se em favelas, abaixo da média municipal, mas 9,5% dos domicílios encontram-se em situação de inadequação familiar, acima da média municipal. 7,5% dos domicílios não estão conectados à rede de esgotamento sanitário, com implicações sociais e ambientais. Cerca de 43% dos moradores de Cidade Tiradentes dispendem mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho, o índice municipal é 21,8%. Apenas 5,9% do sistema viário na Subprefeitura é estrutural, e não contando com corredores de ônibus ou transporte sobre trilhos, a mobilidade urbana é prejudicada, em termos de deslocamentos na Subprefeitura, mas também com outros destinos. A Subprefeitura está estruturada pelas vias Estrada do Iguatemi, Rua Inácio Monteiro e Avenida dos Metalúrgicos.

Em termos ambientais destacam-se maciços florestais, tais como no caso do Parque Municipal Vila do Rodeio, Parque Municipal da Ciência, Parque Municipal Linear da Consciência Negra, a Área de Proteção Ambiental Iguatemi. Trata-se de território lindeiro a área de proteção aos mananciais, o que reforça a relevância de patrimônio ambiental de Cidade Tiradentes. Apesar dos importantes maciços florestais, a arborização urbana na Subprefeitura é baixa.

O Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (Lei Nº 16.050/2014) demarca Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico na região da Márcio Beck, Souza Ramos, Metalúrgicos, Sarah Kubitschek, Paulo Menk, Dona Eloá do Valle Quadros e Barão Carvalho do Amparo, o que significa incentivos fiscais e urbanísticos à expansão das atividades econômicas, ampliação de oferta de empregos e diversificação de usos. Destacam-se também os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, definidos a partir das faixas de influências do sistema estrutural

de transporte coletivo de média e alta capacidade. Em Cidade Tiradentes os eixos previstos estão associados ao Corredor de Ônibus Municipal Planejado (São Mateus/Itaim Paulista) a ser implantado ao longo da Estrada do Iguatemi; e às estações previstas para a Linha do Monotrilho Vila Prudente/Cidade Tiradentes, a serem implantadas na Estrada do Iguatemi; próxima ao Terminal de Cidade Tiradentes e próxima ao Hospital Cidade Tiradentes. O PDE demarca 74% do território desta Subprefeitura como Zona Especial de Interesse Social, sendo 69% ZEIS 1, 5% ZEIS 2. A ZEIS 1 refere-se a assentamentos precários e loteamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, enquanto a ZEIS 2 abarca glebas ou lotes não edificados ou subutilizados e adequados à urbanização. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Nº 16.402/2016) reconhece a regularização de parcela dos assentamentos habitacionais populares e instaura, assim, as Zonas Mistas de Interesse Social e Zonas Mistas de Interesse Social Ambiental, de modo que a ZEIS 1 passa a abarcar 27% do território e a ZEIS 2 3,9%. Neste sentido, a LPUOS também possibilita a regularização de usos não residenciais na Subprefeitura.

O Plano Regional da Subprefeitura Cidade Tiradentes apresenta o desafio de enfrentamento da precariedade urbana e vulnerabilidade social em território de prestação de serviços ambientais, região de cabeceiras e dotada de importantes maciços verdes. Além disso, trata-se de Subprefeitura com baixa oferta de empregos formais, baixo perfil de renda, o que aponta para a necessidade de políticas públicas que contribuam para a capacitação profissional, regularização e estímulo às atividades econômicas na região. O PRS também destaca a insuficiência da oferta de equipamentos e serviços públicos, a exemplo de creches e assistência social. A precariedade do sistema viário, o sistema de transporte público coletivo insuficiente, a não universalização da infraestrutura e serviços urbanos básicos são realidade na Subprefeitura Cidade Tiradentes.

Neste sentido, o Plano Regional apresenta as seguintes diretrizes gerais para a Subprefeitura Cidade Tiradentes:

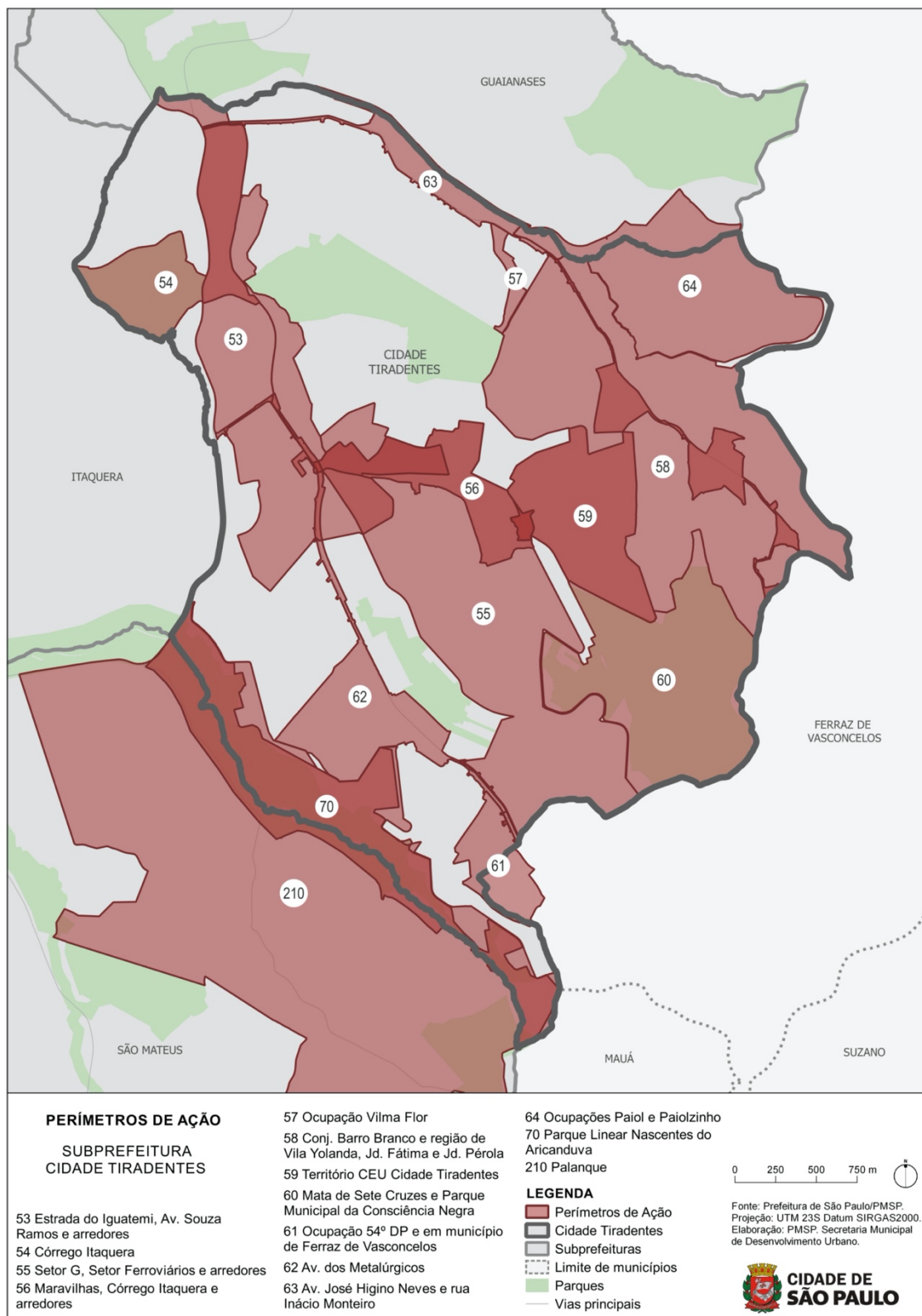
- *Atender demanda por equipamentos e serviços públicos, visando o combate das desigualdades sociais;*
- *Ativar economicamente o território, promovendo a qualificação profissional, legalizando e incentivando as atividades econômicas em Cidade Tiradentes;*
- *Ampliar e qualificar o sistema de mobilidade urbana e a malha viária eliminando gargalos e nós viários;*
- *Implantar e qualificar sistemas de percursos de pedestres e ciclovias, com melhorias nas calçadas, travessias sobre córregos e percursos que fracionem as grandes quadras e glebas;*
- *Solucionar questão habitacional e urbanística, promovendo infraestrutura*

adequada;

- Ampliar a cobertura de abastecimento de água com qualidade e sem interrupções; a coleta, tratamento e disposição adequada dos efluentes; as redes de águas pluviais; e a coleta, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos, conforme o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;*
- Promover a regularização fundiária;*
- Recuperar e preservar os ecossistemas naturais.*

Como medida de enfrentamento dos desafios de Cidade Tiradentes, o Plano Regional apresenta 15 perímetros de ação com influência sobre o território dessa Subprefeitura. Apenas um desses perímetros (PA 65) refere-se a uma política pública ampla, direcionado à questão da regularização fundiária em região de prestação de serviços ambientais. As diretrizes apresentadas pelo PRS para a Subprefeitura de Cidade Tiradentes são apresentadas no detalhe adiante, organizadas por Perímetros de Ação.

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.*



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

* **Mapa 1** é apresentado em formato A3 por **Anexo 03**.

1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação (PAs)

PERÍMETRO 53-ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIDA SOUZA RAMOS E ARREDORES

Caracterização

"A demarcação da região compreende o Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Jacú-Pêssego, demarcado pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014), considerada uma região de importância estratégica ao desenvolvimento econômico e aumento de oferta de serviços e empregos locais, visando a dinamização de usos na Subprefeitura.

Em paralelo a isso, é prevista a implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes, contribuindo aos deslocamentos com origem e destino em Subprefeitura, em especial região de Estrada do Iguatemi e Avenida dos Metalúrgicos. Também é prevista a implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste ao longo de Estrada do Iguatemi, responsável por conectar a Subprefeitura de São Miguel e Itaim Paulista à Subprefeitura de São Mateus. Tais investimentos em infraestrutura de transporte público coletivo de média-alta capacidade, podem contribuir também ao desenvolvimento econômico local e qualificação do território de Cidade Tiradentes como um todo.

O perímetro abrange também assentamentos precários localizados às margens do Córrego Itaquera incorporados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). Esses locais são marcados pela precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos."

Diretrizes

- "• Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;
- Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de Córrego Itaquera e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;

- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes;
- Implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste;
- Desenvolvimento de Plano de Comunicação e realização de debate público sobre o planejamento e implementação de rede cicloviária em Subprefeitura de Cidade Tiradentes.

PERÍMETRO 54-CORREGO ITAQUERA

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

Em relação a isso, segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) do Município de São Paulo, a localidade demarcada abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica. Além disso, setor desta região está demarcada como ZEPAM pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016) e, segundo o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, encontra-se em processo de planejamento o Parque Municipal APA do Iguatemi, com implementação prevista em gleba de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), demarcada como área de proteção ambiental (APA) pela Lei Estadual no 8.274 de 2 de abril de 1993.

A região demarcada abrange assentamentos precários localizados às margens do Córrego Itaquera incorporados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). A relação entre as ocupações existentes e o Córrego Itaquera se dá de maneira precária, corroborando para a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental de curso d'água e suas margens.

O perímetro localiza-se em região estratégica ao desenvolvimento urbano e econômico de Cidade Tiradentes, para a qual há previsão de implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste e Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes, além do já existente Terminal Cidade Tiradentes e incentivos econômicos previstos pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo."

Diretrizes

- "• Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de Córrego Itaquera e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Parque Municipal APA do Iguatemi, seguindo a diretriz apresentada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. "

PERÍMETRO 55-SETOR G, SETOR FERROVIARIOS E ARREDORES

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados

pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

A região demarcada abrange assentamentos precários localizados às margens do Córrego Itaquera, incorporados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). A relação entre as ocupações existentes e o Córrego Itaquera se dá de maneira precária, corroborando para a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental de curso d'água e suas margens.

O perímetro abarca parcelas do território de Cidade Tiradentes conhecidas como Setor G e Setor Ferroviários, constituídos basicamente por grandes conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público, em especial durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. As tipologias implantadas ao longo de todo o território acabam por configurar-se como grandes barreiras urbanas, uma vez que os grandes lotes são completamente murados. Além disso, há uma demanda pela diversificação de uso do solo, contribuindo ao

aumento de oferta de serviços e comércios locais. Parte dos grandes muros foram convertidos em pequenos comércios. Referente a isso, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo demarca quase a totalidade deste perímetro como ZMISa, a qual contempla a especificidade de assentamentos habitacionais populares regularizados conjugados ou não com usos não residenciais, localizados na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, com parâmetros de ocupação compatíveis às diretrizes da referida macrozona.

A combinação entre topografia acidentada, grandes lotes murados, grandes parques urbanos e um sistema viário deficitário acarreta dificuldades à mobilidade urbana local."

Diretrizes

- "• Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;
- Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Melhoria de parada final de ônibus próxima ao Parque Municipal da Consciência Negra;
- Promover a coleta regular e destinação de resíduos sólidos na região, especialmente em entorno de ocupação Maravilhas. "

PERÍMETRO 56-MARAVILHAS, CORREGO ITAQUERA E ARREDORES

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

A região demarcada abrange assentamentos precários localizados às margens do Córrego Itaquera, incorporados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). A relação entre as ocupações existentes e o Córrego Itaquera se dá de maneira precária, corroborando para a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental de curso d'água e suas margens.

A Rua Moisés Corena, responsável pelo acesso à Ocupação Maravilhas, caracteriza-se pelo intenso uso pedonal e presença de comércios locais. No entanto, como a estrutura viária atual local não é suficiente às demandas locais, verificam-se conflitos de usos entre pedestres, o trânsito de veículos e a atividade comercial local.

Próxima ao Terminal Cidade Tiradentes, a localidade configura-se como potencial centralidade comercial."

Diretrizes

- "• Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;
- Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de Córrego Itaquera e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Promover a coleta regular e destinação de resíduos sólidos na região, especialmente em entorno de ocupação Maravilhas. "

PERÍMETRO 57-OCUPACAO VILMA FLOR

Caracterização

"O perímetro abrange assentamentos precários localizados às margens de córrego existente, incorporados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). Esses locais são marcados pela precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos.

Além disso, a relação entre as ocupações e o córrego se dá de maneira precária, corroborando para a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental de curso d'água e suas margens.

A ocupação Vilma Flor é contemplada por projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) do Município de São Paulo."

Diretrizes

"• Saneamento ambiental de córrego existente, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;

• Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária. "

PERÍMETRO 58-CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIAO DE VILA YOLANDA, JARDIM FATIMA E JARDIM PEROLA

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

Em relação a isso, segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) do Município de São Paulo, a localidade demarcada abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica, parte deles demarcado como ZEPAM pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). Além disso, trata-se de região onde localizam-se as cabeceiras de Ribeirão Guaratiba e afluentes de Córrego Itaquera e também Ribeirão Guaratiba.

O perímetro contempla também a existência de assentamentos precários, estando alguns deles instalados em áreas de topografia acidentada, próximos a cursos d'água e, inclusive, em áreas de risco, tal como evidencia o Plano Diretor Estratégico. A precariedade manifestada a partir da relação entre assentamentos precários, topografia acidentada e cursos d'água corroboram a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental local.

Maioritariamente, a área está demarcada como ZC-ZEIS, ZEIS 1 e ZEIS 2 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei

No16.402/2016). Esses locais são marcados pela precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos.

Referente aos equipamentos de importância, destaca-se a existência de Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes (CFCCT) e a previsão de implantação de Território CEU Cidade Tiradentes. O acesso a estes equipamentos, assim como a garantia de conexão ao restante do território, por população moradora desta localidade se dá principalmente através de Rua Inácio Monteiro."

Diretrizes

"• Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;

- Saneamento ambiental de cursos d'água existentes, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Melhoria em sistema de transporte público e coletivo;
- Qualificar acesso ao Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes;
- Implantação de Território CEU;
- Viabilizar melhor conexão entre região de Vila Yolanda, Jardim Fátima, Jardim Pérola 1 e 2 e o Território CEU Cidade Tiradentes. "

PERÍMETRO 59-TERRITÓRIO CEU CIDADE TIRADENTES

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela

compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

Em relação a isso, segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) do Município de São Paulo, a localidade demarcada abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica e cursos d'água. Além disso, parte deste perímetro está demarcada como ZEPAM pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016).

Além disso, o Território CEU tem como objetivo principal atender as demandas por serviços públicos desta parcela da Subprefeitura de Cidade Tiradentes, promovendo a integração entre diferentes equipamentos municipais e qualificação dos espaços públicos. Trata-se de uma região marcada pela precariedade social, urbana e habitacional, que justificam a implementação deste equipamento."

Diretrizes

"• Implantação de Território CEU Cidade Tiradentes;

- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Tratamento paisagístico e preservação ambiental de cursos d'água, vegetação remanescente e áreas verdes;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Viabilizar melhor conexão entre região de Vila Yolanda, Jardim Fátima, Jardim Pérola 1 e 2 e o Território CEU Cidade Tiradentes. "

PERÍMETRO 60-MATA DE SETE CRUZES E PARQUE MUNICIPAL DA CONSCIENCIA NEGRA

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

Em relação a isso, segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) do Município de São Paulo, a localidade demarcada abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica. Além disso, a região está demarcada como ZEPAM pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016) e, segundo o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, encontra-se em fase de desenvolvimento o Parque Municipal Mata de Sete Cruzes, o qual participa da proposta de Corredor Ecológico Urbano Carmo- Nascentes do Aricanduva desenvolvido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) no âmbito do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC).

O perímetro contempla também a existência de assentamentos precários, os quais permeiam os remanescentes florestais de importância desta região, estando alguns deles instalados em áreas de topografia acidentada, próximos a cursos d'água e, inclusive, em áreas de risco, tal como evidencia o Plano Diretor Estratégico. A precariedade manifestada a partir da relação entre assentamentos precários, topografia acidentada e cursos d'água corroboram a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental local.

Maioritariamente, os assentamentos precários estão demarcados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). Esses locais são marcados pela precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos."

Diretrizes

- "• Saneamento ambiental de córregos existentes, assim como o tratamento paisagístico e recuperação ambiental de suas margens e demais áreas degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de cursos d'água e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Parque Municipal Mata de Sete Cruzes, seguindo a diretriz apresentada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. "

PERÍMETRO 61-OCUPACAO 54° DP E MUNICIPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS

Caracterização

"O perímetro está compreendido parcialmente na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e parcialmente em área de proteção e recuperação de mananciais e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços

ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

O perímetro contempla também a existência de assentamentos precários, parte deles demarcados como ZEIS 1 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). No entanto, parte significativa dos assentamentos estão localizados em Município de Ferraz de Vasconcelos. Esses locais são marcados pela precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos."

Diretrizes

"• Tratamento paisagístico e preservação ambiental de vegetação remanescente e áreas verdes;

• Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de cursos d'água e áreas verdes livres;

• Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;

• Implementação de políticas e gestão compartilhadas entre Municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos. "

PERÍMETRO 62-AVENIDA DOS METALÚRGICOS

Caracterização

"A Avenida dos Metalúrgicos e Rua Márcio Beck são incorporadas como ação prioritária no sistema de transporte público e coletivo pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014). Sobre isso, destaca-se a previsão de implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes. Tal ação contribuiria ao atendimento da demanda pela qualificação viária, oferta de transportes públicos coletivos e diminuição no alto tempo destinado aos deslocamentos casa-trabalho por população moradora de Cidade Tiradentes.

Além disso, a demarcação compreende parte de território demarcado como Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Jacú-Pêssego pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, evidenciando assim sua importância estratégica ao desenvolvimento econômico e aumento de oferta de serviços e empregos locais.

Referente aos equipamentos e espaços existentes, é possível citar: Hospital Cidade Tiradentes, CEU Água Azul, escolas técnicas, Instituto Pombas Urbanas, parada final de ônibus em trecho final de Avenida dos Metalúrgicos e grande gleba vazia em frente ao Hospital Cidade Tiradentes."

Diretrizes

"• Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;

- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade;

- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;

- Implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes;

- Desenvolvimento de Plano de Comunicação e realização de debate público sobre o planejamento e implementação de rede cicloviária em Subprefeitura de Cidade Tiradentes;

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;

- Implantação de espaços públicos de lazer infantil. "

PERÍMETRO 63-AVENIDA JOSE HIGINO NEVES E RUA INACIO MONTEIRO

Caracterização

"A Rua Inácio Monteiro é incorporada como ação prioritária no sistema viário estrutural pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014), destacando sua importância ao deslocamento e conectividade deste território. Tal ação contribuiria ao atendimento da demanda pela qualificação viária, oferta

de transportes públicos coletivos e diminuição no alto tempo destinado aos deslocamentos casa-trabalho por população moradora de Cidade Tiradentes.

Além disso, a demarcação compreende parte de território demarcado como ZC-ZEIS pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016), evidenciando assim sua importância estratégica ao

desenvolvimento econômico e aumento de oferta de serviços e empregos locais. A demarcação de ZC-ZEIS visa incentivar os usos não residenciais, de forma a promover a diversificação dos usos com a habitação de interesse social, a regularização fundiária de interesse social e a recuperação ambiental.

Referente aos equipamentos e espaços existentes, é possível citar o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (CFCCT) e parada de ônibus em trecho final de Rua Inácio Monteiro.

Destaca-se também a importância de adequada zeladoria de Ribeirão Guaratiba, sobre o qual foram verificadas ocorrências de extravasamento."

Diretrizes

"• Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;

- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade;

- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;

- Saneamento ambiental de cursos d'água existentes, assim como o tratamento paisagístico e preservação ambiental de suas margens e demais áreas degradadas;

- Melhoria de parada de ônibus em trecho final de Rua Inácio Monteiro. "

PERÍMETRO 64-OCUPAÇÕES PAIOL E PAIOLZINHO

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

Em relação a isso, segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) do Município de São Paulo, a localidade demarcada abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica, parte deles demarcado como ZEPAM pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016).

O perímetro contempla também a existência de assentamentos precários, os quais permeiam os remanescentes vegetais de importância desta região, estando alguns deles instalados em áreas de topografia acidentada e próximos a cursos d'água. A precariedade manifestada a partir da relação entre assentamentos precários, topografia acidentada e cursos d'água corroboram para a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e para a degradação ambiental local.

Maioritariamente, os assentamentos precários estão demarcados como ZEIS 1 e ZEIS 2 pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016). Esses locais são marcados pela precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos."

Diretrizes

- "• Saneamento ambiental de córregos existentes, assim como o tratamento paisagístico e preservação ambiental de suas margens e demais áreas degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de cursos d'água e áreas verdes livres;
- Verificação de contaminação do solo;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de modo a evitar despejos em áreas ambientalmente frágeis e próximas às ocupações;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria de conexão entre região de ocupações Paiol e Paiolzinho e a Rua Inácio Monteiro. "

PERÍMETRO 70-PARQUE LINEAR NASCENTES DO ARICANDUVA

Caracterização

"O perímetro está compreendido na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, demarcada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE, Lei No16.050/2014) e, assim sendo, deve prezar pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, pela proteção da biodiversidade e pela

compatibilização de uso do solo urbano com as condicionantes ambientais, topográficas e geológicas locais, por exemplo.

Em relação a isso, segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) do Município de São Paulo, a localidade demarcada abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica. Além disso, a região está demarcada como ZEPAM pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei No16.402/2016) e, segundo o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, encontra-se em fase de desenvolvimento o Parque Municipal Nascentes do Aricanduva, o qual participa da proposta de Corredor Ecológico Urbano Carmo- Nascentes do Aricanduva desenvolvido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) no âmbito do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC).

O perímetro contempla também a existência de assentamentos precários, os quais permeiam os remanescentes vegetais de importância desta região, estando alguns deles instalados em áreas de topografia acidentada, próximos a cursos d'água e, inclusive, em áreas de risco, tal como evidencia o Plano Diretor Estratégico. A precariedade manifestada a partir da relação entre assentamentos precários, topografia acidentada e cursos d'água corroboram a manutenção da péssima qualidade de vida de população moradora das ocupações e a degradação ambiental local.

Trata-se de região de alta precariedade social, urbana e habitacional, com demanda por investimentos e oferta de serviços e equipamentos públicos."

Diretrizes

- "• Saneamento ambiental de córregos existentes, assim como o tratamento paisagístico e recuperação ambiental de suas margens e demais áreas degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de cursos d'água e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Parque Municipal Nascentes do Aricanduva, seguindo a diretriz apresentada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo;

- Implantar o Corredor Ecológico Urbano Carmo - Nascentes do Aricanduva conforme diretrizes apresentadas pelo Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC).

PERÍMETRO 210-PALANQUE

Caracterização

A área do Palanque caracteriza-se por ser uma área de pouca ocupação urbana e com características variadas. Chácaras, pesqueiros e áreas de pequena produção são entremeadas com áreas de ocupação habitacional e uma pequena região de uso industrial ao longo da Estrada da Vovó Carolina. É uma região com características periurbanas, que deve sofrer pressão por ocupação nos próximos anos: possui uma grande área demarcada como ZEIS2 e o uso industrial foi reconhecido no zoneamento. Ao mesmo tempo se faz fundamental garantir a qualidade ambiental da região, que apresenta córregos e remanescentes de Mata Atlântica, integrando o Corredor Ecológico Urbano Carmo-Nascentes do Aricanduva. No geral o sistema viário é precário, demandando obras estruturais na região: a Estrada da Vovó Carolina apresenta-se em condições precárias, não sendo compatível com as atividades industriais ali instaladas e previstas, tampouco com a projeção de população futura se a ZEIS2 receber empreendimentos habitacionais. Na margem direita do córrego Aricanduva encontra-se a ocupação Gráficos em área de risco, na subprefeitura de Cidade Tiradentes. O PDE prevê a implantação de corredor de transporte público na Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi e da linha do Monotrilho-Linha 15, além do Parque Linear Nascentes do Aricanduva.

Diretrizes

- Incentivar a regularização e instalação de atividades industriais em conformidade com preservação e legislação ambiental;
- Dar diretrizes de ocupação para as zonas de Desenvolvimento Sustentável e também para as áreas de moradia popular (ZEIS2);
- Efetivar solução habitacional para as ocupações irregulares;
- Incentivar a regularização fundiária de interesse social e específico (áreas industriais e demais usos urbanos em terras ainda registradas no INCRA);
- Estudar alternativas de mobilidade urbana, prevendo transporte público e garantindo o acesso da população que reside e trabalha na região;
- Alargamento de vias estruturantes e arborização de calçadas;

- Atender a demanda por equipamentos públicos e a integração destes com o espaço público;
- Implantar infraestrutura de saneamento ambiental e drenagem urbana;
- Implantar o Parque Linear Nascentes do Aricanduva, previsto no PDE;
- Observar as diretrizes ambientais propostas no Corredor Ecológico Urbano Carmo-Nascentes do Aricanduva (ver Plano de Manejo da Mata Atlântica e Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo);
- Proteção das áreas de matas nativas existentes, especialmente da Mata ombrófila densa, mapeada pela SVMA em 2016 no âmbito do Programa Municipal da Mata Atlântica;
- Revisar e reeditar DUPs para áreas de parque;
- Fortalecimento dos serviços ambientais prestados;
- Incentivo à produção agrícola sustentável e outros usos que permitam a conservação ambiental.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020

A seção apresenta a territorialização do Programa de Metas de 2019-2020 na Subprefeitura Cidade Tiradentes, assim como a avaliação qualitativa sobre a relação entre as Metas de 2019-2020 e as diretrizes do Plano Regional da Subprefeitura por Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura

As ações contidas no Programa de Metas 2019-2020 estão apresentadas no **Quadro 3**, o qual permite visualizá-las para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura. Sobre isso, observar a territorialização do Programa de Metas 2019-20 no mapas do **Anexo 02**.

Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
PERÍMETRO 53- ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES	Regularização fundiária (Meta 18) - Domenico Tito; Contratação do projeto para reforma Casa de Cultura Hip Hop Leste; Espaço Primeira Infância Casa de Cultura Hip Hop Leste; Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Reforma e ampliação CAPS III IJ Cidade Tiradentes; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação de ciclofaixa de Cidade Tiradentes; Implantação Território Educador Cidade Tiradentes.
PERÍMETRO 54- CORREGO ITAQUERA	Adequação e adaptação de calçada; Parque municipal em implantação.
PERÍMETRO 55- SETOR G, SETOR FERROVIARIOS E ARREDORES	Contratação projeto de reforma Casa de Cultura Hip Hop Leste; Espaço primeira infância Casa de Cultura Hip Hop Leste; Disponibilização Wi-Fi gratuito; Reforma CEO/CER Cidade Tiradentes - SMS; Construção CAPS AD III Cidade Tiradentes - SMS; Construção UA Adulto Cidade Tiradentes; Construção CAPS Infante Juvenil - UA Infante Juvenil Cidade Tiradentes - SMS; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação e acessibilidade de calçadas; Território Educador de Cidade Tiradentes.
PERÍMETRO 56- MARAVILHAS, CORREGO ITAQUERA E ARREDORES	Contratação de projeto para reforma de Casa de Cultura Hip Hop Leste; Espaço primeira infância na Casa de Cultura Hip Hop Leste; Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Adequação e adaptação de calçada; Território Educador de Cidade Tiradentes.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
PERÍMETRO 57- OCUPACAO VILMA FLOR	Adequação e adaptação de calçada.
PERÍMETRO 58- CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIAO DE VILA YOLANDA, JARDIM FATIMA E JARDIM PEROLA	Produção habitacional (Meta 19) - MCMV FAR Demanda Aberta - Pirassuninga; Regularização fundiária (Meta 18) Vila Yolanda - Area Maior; Regularização fundiária (Meta 18) - Sonata do Adeus; Regularização fundiária (Meta 18) Jardim Pérola III; Regularização fundiária (Meta 18) em Conjunto Residencial Dom Angélico; Implantação CEU Cidade Tiradentes; Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Execução de obra em área de risco, para contenção de talude; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação e acessibilidade de calçadas.
PERÍMETRO 59- TERRITORIO CEU CIDADE TIRADENTES	Implantação de CEU Cidade Tiradentes; Adequação e adaptação de calçada.
PERÍMETRO 60-MATA DE SETE CRUZES E PARQUE MUNICIPAL DA CONSCIENCIA NEGRA	Adequação e adaptação de calçada; Parque municipal em implantação.
PERÍMETRO 61- OCUPACAO 54° DP E MUNICIPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS	Adequação e adaptação de calçada.
PERÍMETRO 62- AVENIDA DOS METALURGICOS	Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Revitalização do equipamento esportivo Cel. Andre Vital Ribeiro Soares; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação de ciclofaixa Cidade Tiradentes; Reforma equipamento público de saúde - SMS.
PERÍMETRO 63- AVENIDA JOSE HIGINO NEVES E RUA INACIO MONTEIRO	Regularização fundiária (Meta 18) - Conjunto Residencial Dom Angélico; Regularização fundiária (Meta 18) - Sonata do Adeus; Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação e acessibilidade de calçadas.
PERÍMETRO 64- OCUPAÇÕES PAIOL E PAIOLZINHO	0
PERÍMETRO 70- PARQUE LINEAR NASCENTES DO ARICANDUVA	Adequação e adaptação de calçada; Reforma UBS Gráficos; Parque municipal em implantação.
PERÍMETRO 210- PALANQUE	Adequação e adaptação de calçada; Reforma UBS Gráficos; Parque municipal em implantação.

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação

A presente seção avalia a relação entre diretrizes do PRS e as ações territorializadas do Programa de Metas 2019-2020. A avaliação é construída a partir do estudo dos Perímetros de Ação.

De um modo geral, a avaliação busca analisar os Perímetros de Ação, com atenção às respectivas caracterizações e diretrizes; para avaliar o atendimento dessas diretrizes a partir do estudo do Programa de Metas 2019-2020; identificar possíveis Metas 2019-2020 que não possuem relação com as diretrizes dos Perímetros de Ação, mas que significam a melhora da qualidade de vida local; e debater a estruturação urbana local a partir dos Perímetros de Ação.

PERÍMETRO 53-ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES

O presente perímetro abarca região tida como de importância ao desenvolvimento econômico da região, importância que é associada à previsão de implantação de Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e ao Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários localizados às margens de Córrego Itaquera e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental, com demandas por serviços e equipamentos públicos.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo ao desenvolvimento econômico, saneamento ambiental, melhoria e qualificação do espaço público, melhoria e qualificação do sistema viário, implantação de Linha 15 do Metrô e corredor de ônibus municipal. Destacam-se as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico e infraestrutura de mobilidade urbana, que parecem nortear o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, são previstas Adequação e adaptação de calçada; Requalificação de ciclofaixa de Cidade Tiradentes; Implantação Território Educador Cidade Tiradentes, que contribuem para a qualificação dos deslocamentos urbanos locais. Contudo, as infraestruturas de mobilidade urbana de média e alta capacidade previstas não estão contempladas pelo Programa de Metas 2019-2020, o que parece fragilizar as potências identificadas por PRS, assim como não

reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. A cartografia referência também não evidencia medidas em torno do desenvolvimento econômico local. Em contrapartida, mesmo que não previsto pelo PRS, será realizada regularização fundiária, assim como serão reformados e ampliados equipamentos públicos, disponibilizado Wi-Fi gratuito, o que acaba por qualificar a vida local.

A diretriz apresentada por PA que se encontra em atendimento parcial é:

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;

PERÍMETRO 54-CORREGO ITAQUERA

O presente perímetro abarca região tida como de proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestados por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Destacam-se a presença de os remanescentes de mata atlântica. Verificam-se assentamentos precários localizados às margens do Córrego Itaquera e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana e habitacional, com demandas por equipamentos e serviços públicos, por exemplo.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do saneamento ambiental, conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa, adequação dos usos ao caráter ambiental local, melhoria e qualificação dos espaços públicos e implantação de parque municipal, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao caráter ambiental, que parecem nortear o debate sobre o referido PA, mas que também devem ser entendidas à luz da questão habitacional.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, são previstas a adequação de calçadas e implantação de parque municipal, que em parte contribuem para a melhoria do espaço público, e as diretrizes em torno da questão ambiental são ao menos parcialmente atendidas. Desse modo, se reconhece potências identificadas por PRS, assim como é reforçado o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. A cartografia referência não evidencia medidas em torno da questão habitacional.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial é:

- Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;

- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de Córrego Itaquera e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Parque Municipal APA do Iguatemi, seguindo a diretriz apresentada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

PERÍMETRO 55-SETOR G, SETOR FERROVIÁRIOS E ARREDORES

O presente perímetro abarca região proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários, também localizados às margens de corpos hídricos, e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental. O perímetro ainda abarca grandes conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público durante as décadas de 1970-1990, o que hoje significa barreiras urbanas, e associa-se a demandas pela diversificação do uso do solo urbano e ampliação da oferta de serviços e comércios locais. Também se salienta precariedade de sistema viário local e dificuldades em torno da mobilidade urbana.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo às atividades comerciais, saneamento ambiental, melhoria e qualificação do espaço público, melhoria e qualificação do sistema viário, coleta regular de resíduos sólidos, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico e uso do solo urbano, caráter ambiental e mobilidade urbana, que parecem nortear o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, são previstas adequação e qualificação de calçadas e implantação de Território Educador de Cidade Tiradentes, o que aponta para a melhoria do espaço público e dos deslocamentos ativos urbanos. Contudo, o desenvolvimento econômico, caráter ambiental e a estruturação da mobilidade urbana não parecem estar em atendimento, o que fragiliza as potências identificadas por PRS, assim como não reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. Em contrapartida, mesmo que não previsto pelo PRS, será disponibilizado Wi-Fi gratuito, ampliada e qualificada a rede de equipamentos e serviços públicos, o que acaba por qualificar a vida local.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial é:

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;

PERÍMETRO 56-MARAVILHAS, CÓRREGO ITAQUERA E ARREDORES

O presente perímetro abarca região proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários localizados às margens de Córrego Itaquera e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbanística, habitacional e ambiental. Destaca-se também sistema viário precário e marcado uso comercial.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo às atividades comerciais, saneamento ambiental, melhoria e qualificação do espaço público, melhoria e qualificação do sistema viário, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao saneamento ambiental, que parecem nortear o debate sobre o referido PA, e também se relacionam com o tema habitacional.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista a adequação e adaptação de calçadas, o que aponta para a melhoria do espaço público. Contudo, não são verificadas iniciativas em torno do saneamento ambiental, atividades comerciais, sistema viário ou habitação, o que fragiliza as potências identificadas por PRS, assim como não reforçam o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. Em contrapartida, mesmo que não previsto pelo PRS, será disponibilizado Wi-Fi gratuito, haverá melhorias na Casa de Cultura Hip Hop Leste, implantação de Território Educador de Cidade Tiradentes, o que qualifica a vida local.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial é:

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres.

PERÍMETRO 57-OCUPAÇÃO VILMA FLOR

O presente perímetro abarca assentamento precário, região de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental, com demandas por investimentos e serviços públicos.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do saneamento ambiental e melhoria dos espaços públicos, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao saneamento ambiental, que norteiam o debate sobre o referido PA, e apenas podem ser entendidas à luz da questão habitacional.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista a adequação e adaptação de calçadas, o que aponta para a melhoria do espaço público no entorno da ocupação. Contudo, a questão ambiental e habitacional não serão atendidas nessa fase de planejamento, o que fragiliza as potências identificadas por PRS, assim como não reforçam o caráter de estruturação urbana local associado ao PA.

A diretriz apresentada por PA que se encontra em atendimento parcial é:

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária.

PERÍMETRO 58-CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIÃO DE VILA YOLANDA, JARDIM FÁTIMA E JARDIM PÉROLA

O presente perímetro abarca região de proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Trata-se de localidade onde existem as cabeceiras do Ribeirão Guaratiba e Córrego Itaquera. Verificam-se assentamentos precários e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional, com demanda por investimentos públicos. Destacam-se equipamentos públicos, a exemplo do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes e a previsão de implantação de Território CEU Cidade Tiradentes, mas também centralidades de bairro, inclusive demarcadas enquanto ZC-ZEIS pela Lei Nº 16.402/2016.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo às atividades econômicas, saneamento ambiental, conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa, melhoria e qualificação dos espaços públicos, melhoria e qualificação do sistema viário, melhoria do sistema de transporte público e coletivo, implementação do Território CEU, melhoria da conexão entre bairros. Destacam-se as diretrizes relativas às atividades econômicas, mobilidade urbana e ambiental, esta apenas melhor entendida à luz da questão habitacional, que norteiam o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista execução de obra em área de risco, para contenção de talude; Produção habitacional (Meta 19) - MCMV FAR

Demanda Aberta - Pirassuninga; Regularização fundiária (Meta 18) Vila Yolanda - Area Maior; Regularização fundiária (Meta 18) - Sonata do Adeus; Regularização fundiária (Meta 18) Jardim Pérola III; Regularização fundiária (Meta 18) em Conjunto Residencial Dom Angelico; adequação e adaptação de calçada; implantação CEU Cidade Tiradentes. *Essas metas reforçam as potências identificadas por PRS, assim como reforçam o caráter de estruturação urbana local associado ao PA.* Além disso, mesmo que não previsto pelo PRS, será disponibilizado Wi-Fi gratuito, que também acaba por qualificar a vida local.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial são:

- Saneamento ambiental de cursos d'água existentes, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Território CEU.

PERÍMETRO 59 -TERRITÓRIO CEU CIDADE TIRADENTES

O presente perímetro abarca perímetro de projeto Território CEU Cidade Tiradentes. O Território CEU tem como objetivo atender as demandas por serviços públicos, promovendo a integração entre diferentes equipamentos municipais e a qualificação dos espaços públicos. Também se trata de região de proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade de manutenção dos serviços ambientais prestados por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Há assentamentos precários e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional, com demanda por investimentos e serviços públicos.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do Território CEU Cidade Tiradentes, conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa, tratamento paisagístico, melhoria e qualificação do espaço público, melhoria e qualificação do sistema viário, melhoria da conexão entre bairros, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao Território CEU Cidade Tiradentes e à questão ambiental, que norteiam o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista a implantação de CEU Cidade Tiradentes; adequação e adaptação de calçadas. Essas metas reforçam as potências identificadas por PRS, assim como reforçam o caráter de estruturação urbana

local associado ao PA. Contudo, a cartografia não evidencia medidas em torno da diretriz ambiental, bem como da habitacional.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial são:

- Implantação de Território CEU Cidade Tiradentes;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária.

PERÍMETRO 60-MATA DE SETE CRUZES E PARQUE MUNICIPAL DA CONSCIENCIA NEGRA

O presente perímetro abarca a Mata de Sete Cruzes e o Parque Municipal da Consciência Negra, região de proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental, com demanda por investimentos e serviços públicos.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância dos espaços públicos e a questão ambiental, esta apenas possível de compreensão à luz do tema habitacional. Destacam-se as diretrizes relativas saneamento ambiental e espaços públicos, que norteiam o debate de referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista adequação e adaptação de calçada e implantação de parque municipal Mata de Sete Cruzes, o que reconhece as potências identificadas por PRS, assim como reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA.

A diretriz apresentada por PA que se encontra em atendimento parcial é:

- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de cursos d'água e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Parque Municipal Mata de Sete Cruzes, seguindo a diretriz apresentada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

PERÍMETRO 61-OCUPAÇÃO 54° DP E MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS

O presente perímetro abarca assentamento precário no entorno do 54º Distrito Policial, localizado a sudeste do distrito de Cidade Tiradentes. Ainda, abarca ocupações precárias que se espalham sobre território de município de Ferraz de Vasconcelos, sobre área de preservação de mananciais. Desse modo, a região é de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental, questão que demanda articulação interfederativa, investimentos e serviços públicos.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do tratamento paisagístico e preservação ambiental, melhoria e qualificação de espaços públicos, e políticas compartilhadas entre os municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos. Destacam-se as diretrizes relativas à questão ambiental, que norteiam o debate sobre o referido PA, e que apenas podem ser compreendidas em associação à questão habitacional.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista a adequação e adaptação de calçada em PA. Segundo cartografia referência, as questões interfederativa, ambiental e habitacional não se encontram em atendimento, o que parece fragilizar as potências identificadas por PRS, assim como não reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA.

A diretriz apresentada por PA que se encontra em atendimento parcial é:

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária.

PERÍMETRO 62-AVENIDA DOS METALÚRGICOS

O presente perímetro abarca região da Avenida dos Metalúrgicos, tida como de importância ao desenvolvimento econômico da região, importância que está associada à previsão de implantação de Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e ao corredor de ônibus Municipal Perimetral Leste, por exemplo. A região é uma centralidade no distrito, com destaque à concentração de equipamentos e serviços públicos, a exemplo do Hospital Cidade Tiradentes, CEU Água Azul, escolas técnicas, Instituto Pombas Urbanas e parada final de ônibus em trecho final de avenida dos Metalúrgicos.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo às atividades econômicas e geração de empregos locais, adequação de usos ao caráter ambiental da região, melhoria e qualificação do sistema viário, implantação de linha 15 do metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes, melhoria e qualificação dos espaços públicos e

implantação de espaços públicos de lazer infantil, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico e mobilidade urbana, que parecem nortear o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista a adequação e adaptação de calçadas; requalificação de ciclofaixa Cidade Tiradentes, que contribuem à qualificação da mobilidade urbana local, sistema viário e espaços públicos. Ainda, é prevista revitalização do equipamento esportivo Cel. André Vital Ribeiro Soares, que qualifica a oferta de equipamentos e espaços de lazer. Contudo, não há evidências sobre ações em torno do desenvolvimento econômico e implementação de infraestrutura de mobilidade urbana de média-alta capacidade, o que parece fragilizar as potências identificadas por PRS, assim como, não reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. Em contrapartida, mesmo que não previsto pelo PRS, será disponibilizado Wi-Fi gratuito e reformado equipamento público de saúde, o que acaba por qualificar a vida local.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial são:

- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de espaços públicos de lazer infantil.

PERÍMETRO 63-AVENIDA JOSÉ HIGINO NEVES E RUA INÁCIO MONTEIRO

O presente perímetro abarca Rua Inácio Monteiro e entorno, viário de importância para porção norte e nordeste de distrito de Cidade Tiradentes. Ainda, verificam-se centralidades de bairro ao longo da Rua Inácio Monteiro, reconhecida pela Lei Nº 16.402/2016, evidenciando certa concentração de atividades econômicas e diversificação de usos do solo urbano ao longo de viário. Destacam-se ainda equipamentos de relevo, a exemplo do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo às atividades econômicas, melhoria e qualificação de sistema viário, melhoria e qualificação de espaços públicos, mas também de caráter ambiental de região, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico e mobilidade urbana, que norteiam o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista adequação e adaptação de calçadas; que aponta para a qualificação de espaço público e deslocamentos ativos.

Contudo, não são evidenciadas ações em torno do desenvolvimento econômico ou uma efetiva ampliação da infraestrutura aos deslocamentos por ônibus, por exemplo, o que parece fragilizar as potências identificadas por PRS, assim como não reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. Em contrapartida, mesmo que não previsto pelo PRS, será disponibilizado Wi-Fi gratuito. Ainda, são identificadas ações em prol da regularização fundiária, de importância local, o que acaba por qualificar a vida nesta região da cidade.

A diretriz apresentada por PA que se encontra em atendimento parcial é:

- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária.

PERÍMETRO 64-OCUPAÇÕES PAIOL E PAIOLZINHO

O presente perímetro abarca assentamentos precários localizados em porção nordeste do distrito de Cidade Tiradentes e, desse modo, a região é de vulnerabilidade social, urbana, habitacional, com demanda por investimentos e serviços públicos. Ainda, trata-se de região proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do saneamento ambiental, conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa, melhoria dos espaços públicos e melhoria da conectividade de território, por exemplo. Destacam-se as diretrizes relativas à temática ambiental, que norteiam o debate sobre o referido PA, e apenas podem ser compreendidas em associação à questão habitacional.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, não são previstas ações incidentes sobre este PA. As questões ambiental e habitacional não são contempladas, o que parece fragilizar as potências identificadas por PRS, assim como não reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA.

As diretrizes apresentadas por PA não se encontram em atendimento. Isso pois a ciclovia em Rua Inácio Monteiro apenas margeia as ocupações, e de fato não estruturam a porção territorial abarcada por PA, desprovida inclusive de sistema viário.

PERÍMETRO 70-PARQUE LINEAR NASCENTES DO ARICANDUVA

O presente perímetro abarca região de proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestados por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários, a exemplo

da ocupação Gráficos e, desse modo, a região é de vulnerabilidade social, urbana, habitacional, com demanda por investimentos e serviços públicos.

As diretrizes de PA ressaltam a importância do saneamento ambiental, conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa, melhoria e qualificação do espaço público, implantação de Parque Municipal Nascentes do Aricanduva e Corredor Ecológico Urbano Carmo - Nascentes do Aricanduva. Destacam-se as diretrizes relativas à temática ambiental, que norteiam o debate sobre o referido PA, mas que apenas podem ser compreendidas em associação à questão habitacional.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista adequação e adaptação de calçada, o que aponta para a qualificação de espaço público. Ainda, verifica-se processo de implantação de parque municipal Nascentes do Aricanduva. Esta iniciativa reconhece potências identificadas por PRS, assim como reforça o caráter de estruturação urbana local associado ao PA. A questão habitacional não é tratada, contudo. Mesmo que não previsto pelo PRS, será realizada reforma de equipamento de saúde, o que acaba por qualificar a vida local.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial são:

- Saneamento ambiental de córregos existentes, assim como o tratamento paisagístico e recuperação ambiental de suas margens e demais áreas degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de cursos d'água e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Implantação de Parque Municipal Nascentes do Aricanduva, seguindo a diretriz apresentada pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo;
- Implantar o Corredor Ecológico Urbano Carmo - Nascentes do Aricanduva conforme diretrizes apresentadas pelo Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC).

PERÍMETRO 210-PALANQUE

O presente perímetro abarca território de uso rural, ocupações habitacionais e assentamentos precários, e porção territorial de uso industrial ao longo de Estrada da

Vovó Carolina. É região de proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo. O sistema viário local é precário.

Desse modo, as diretrizes de PA ressaltam a importância do incentivo às atividades industriais, resolução da questão habitacional, regularização fundiária, qualificação da mobilidade urbana, qualificação de sistema viário, atendimento das demandas por equipamentos e serviços públicos, saneamento ambiental, implantação de Parque Linear Nascentes do Aricanduva, implantação de no Corredor Ecológico Urbano Carmo-Nascentes do Aricanduva, proteção das áreas de matas nativas existentes, por exemplo. As diretrizes associam-se às temáticas habitacional, ambiental e de desenvolvimento econômico e industrial, que parecem nortear o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é prevista adequação de passeio público e a reforma de equipamento de saúde, que contribuem para a mobilidade urbana e atendimento das demandas por equipamentos e serviços públicos. Além disso, verifica-se processo de implantação de parque municipal Nascentes do Aricanduva, o que reconhece potências apresentadas por PRS, assim como contribui para a estruturação urbana local. Contudo, as temáticas habitacional e de desenvolvimento econômico e industrial não estão contempladas.

As diretrizes apresentadas por PA que se encontram em atendimento parcial são:

- Atender a demanda por equipamentos públicos e a integração destes com o espaço público
- Implantar infraestrutura de saneamento ambiental e drenagem urbana;
- Implantar o Parque Linear Nascentes do Aricanduva, previsto no PDE;
- Observar as diretrizes ambientais propostas no Corredor Ecológico Urbano Carmo-Nascentes do Aricanduva (ver Plano de Manejo da Mata Atlântica e Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo);
- Proteção das áreas de matas nativas existentes, especialmente da Mata ombrófila densa, mapeada pela SVMA em 2016 no âmbito do Programa Municipal da Mata Atlântica;
- Fortalecimento dos serviços ambientais prestados;

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020

O Plano Regional da Subprefeitura Cidade Tiradentes busca enfrentar a precariedade urbana e a vulnerabilidade social em território com potencialidade de prestação de serviços ambientais, região de cabeceiras e de importantes maciços verdes. Cidade Tiradentes é uma Subprefeitura com baixa oferta de empregos formais e baixo perfil de renda. O PRS destaca a insuficiência da oferta de equipamentos e serviços públicos, a precariedade do sistema viário, o sistema de transporte público coletivo insuficiente, e a não universalização da infraestrutura e serviços urbanos básicos, todos aspectos que são pautas frequentes dos Perímetros de Ação.

O presente estudo verifica a existência de uma atuação da prefeitura municipal sobre o território de referida Subprefeitura, que se materializa na provisão e qualificação de espaços, infraestrutura e serviços públicos, o que implica na melhoria incremental da qualidade de vida da população local. A ampliação da rede e capacidade de atendimento na saúde pública é evidência disso, necessária diante da alta vulnerabilidade social de Cidade Tiradentes, possível a partir da garantia do financiamento dessas ações.

Com reconhecido valor, é possível destacar as inúmeras medidas em torno da adequação e adaptação de calçadas, o que tende a contribuir para a qualidade da mobilidade urbana ativa e ao acesso aos serviços públicos, por exemplo. Contudo, há de se levar em conta as necessidades ainda presentes na Subprefeitura. A qualificação de calçadas é importante, mas não é suficiente para o atendimento das atuais demandas sociais. Para além da qualificação do passeio público, a proposta do PRS, e por consequência dos PAs, é a articulação dos diferentes órgãos setoriais com vistas a uma atuação articulada sobre o espaço urbano e a resolução e atendimento de demandas sociais, por exemplo.

Dito isso, destaca-se o perímetro *58-conjunto Barro Branco e regiões de Vila Yolanda, Jardim Fatima e Jardim Perola*, porção territorial abarcada por uma atuação complexificada, marcada pela atuação simultânea de diversos setoriais municipais. Consideramos este um aspecto positivo, uma vez que o referido PA abrange porção de alta precariedade urbanística, habitacional e ambiental de Cidade Tiradentes, com fortes demandas por investimentos públicos.

3. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

A seção sintetiza a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, sendo essa metodologia detalhada pelo **Anexo 01**. Mais adiante é apresentada a priorização dos Perímetros de Ação a partir de avaliação técnica e da aplicação da referida metodologia, priorização estabelecida durante as reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento.

As orientações a seguir pautaram os objetivos das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento para a priorização dos PAs dos Planos Regionais de cada Subprefeitura:

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021”.

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapas 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapas 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapas 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapa 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

I - a dimensão social, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais;

II - a dimensão ambiental, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;

III - a dimensão imobiliária, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;

IV - a dimensão econômica, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;

V - a dimensão cultural, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos:

I - macrozonas e macroáreas, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;

II - rede de estruturação e transformação urbana, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:

a) macroárea de Estruturação Metropolitana, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;

b) rede estrutural de transporte coletivo, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;

c) rede hídrica e ambiental constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;

d) rede de estruturação local, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.

Parágrafo único. Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas;
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana- MEM.
- Inserção em Eixos e Estruturação da Transformação Urbana- EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPIs, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapa 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

Critérios de Análise dos Perímetros de Ação	Pontuação	
	Sim	Não
1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?	1	0
2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?	1	0
3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, ligue os pontos, outros.	1	0
4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?	1	0
5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.	1	0
6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.	1	0
7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.	1	0
8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. (Cf. Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – **Anexo 1**).

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020.

Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

Relevância do Projeto para o Perímetro de Ação			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Fator de Multiplicação
1	2	4	

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento, em execução, ou executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

Situação do Projeto			
Em Planejamento	Executado	Em execução	Fator de Multiplicação
1	2	4	

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapla 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o artigo Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapas 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. são:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

O resultado da Priorização dos Perímetros de Ação fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação 2020. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Cidade

Tiradentes

Aplicando-se a metodologia apresentada pela Seção 3, chegou-se à sugestão de priorização dos perímetros para o Plano de Ação da Subprefeitura Cidade Tiradentes, sugestão exposta a seguir.

A sugestão de priorização dos Perímetros de Ação da Subprefeitura foi realizada junto aos técnicos da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU) e aos membros do Núcleo Regional de Planejamento (NRP) durante a 2ª Rodada de Oficinas.

A priorização dos Perímetros de Ação pode não estar associada à territorialização do Programa de Metas. Uma possível convergência entre esses elementos será identificada pela presente seção.

O Plano Regional da Subprefeitura é constituído pelos seguintes Perímetros de Ação, a saber:

1. PERÍMETRO 53-ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES
2. PERÍMETRO 54-CORREGO ITAQUERA
3. PERÍMETRO 55-SETOR G, SETOR FERROVIARIOS E ARREDORES
4. PERÍMETRO 56-MARAVILHAS, CORREGO ITAQUERA E ARREDORES
5. PERÍMETRO 57-OCUPACAO VILMA FLOR
6. PERÍMETRO 58-CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIAO DE VILA YOLANDA, JARDIM FATIMA E JARDIM PEROLA
7. PERÍMETRO 59-TERRITORIO CEU CIDADE TIRADENTES
8. PERÍMETRO 60-MATA DE SETE CRUZES E PARQUE MUNICIPAL DA CONSCIENCIA NEGRA
9. PERÍMETRO 61-OCUPACAO 54° DP E MUNICIPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS
10. PERÍMETRO 62-AVENIDA DOS METALURGICOS
11. PERÍMETRO 63-AVENIDA JOSE HIGINO NEVES E RUA INACIO MONTEIRO
12. PERÍMETRO 64-OCUPACÕES PAIOL E PAIOLZINHO
13. PERÍMETRO 70-PARQUE LINEAR NASCENTES DO ARICANDUVA

14. PERÍMETRO 210-PALANQUE

Desses, foram selecionados Perímetros de Ação para serem desenvolvidos prioritariamente, de modo a atender as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura, são eles:

1. PERÍMETRO 58-CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIAO DE VILA YOLANDA, JARDIM FATIMA E JARDIM PEROLA
2. PERÍMETRO 53-ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES
3. PERÍMETRO 55-SETOR G, SETOR FERROVIARIOS E ARREDORES

Descreve-se a seguir os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.

PERÍMETRO 58

O presente perímetro abarca localidade onde existem as cabeceiras do Ribeirão Guaratiba e Córrego Itaquera. Verificam-se assentamentos precários e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional, com demanda por investimentos públicos. Destacam-se também centralidades de bairro, inclusive demarcadas enquanto ZC-ZEIS pela Lei Nº 16.402/2016. As diretrizes do PRS são relativas, de modo geral, às atividades econômicas, mobilidade urbana e ambiental, esta apenas melhor entendida à luz da questão habitacional, que norteiam o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é previsto Produção habitacional (Meta 19) - MCMV FAR Demanda Aberta - Pirassuninga; Regularização fundiária (Meta 18) Vila Yolanda - Área Maior; Regularização fundiária (Meta 18) - Sonata do Adeus; Regularização fundiária (Meta 18) Jardim Pérola III; Regularização fundiária (Meta 18) em Conjunto Residencial Dom Angélico; Implantação CEU Cidade Tiradentes; Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Execução de obra em área de risco, para contenção de talude; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação e acessibilidade de calçadas.

Neste sentido, os critérios 2. Inclusão socioeconômica ; 4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; 6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; esclarecem a priorização. No que se refere a esses critérios, verifica-se alta relevância temática e relação espacial entre Programa de Metas e o Perímetro de Ação. As diversas ações de regularização

fundiária e a produção habitacional exemplificam isso a respeito do critério 2, por exemplo.

O critério 3. Economia Urbana Local e 7. Mobilidade Urbana também contribuem para a priorização de perímetro de ação. Sobre o critério 3 se verifica a demarcação de ZC-ZEIS pela Lei Nº 16.402/2016. Sobre o critério 7, é conferida alta relevância por NRP. Contudo, a contribuição desses critérios é secundária.

Os critérios 1. Estruturação e Transformação Urbana, 5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento e 8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil não contribuem para a priorização de Perímetro de Ação.

Verifica-se correlação entre Programa de Metas 2019-2020 e priorização prévia de Perímetro de Ação. Isso pois o perímetro priorizado se articula a um grande número de metas com caráter de estruturação em território precário, dotado de alta vulnerabilidade social e ambiental.

PERÍMETRO 53

O presente perímetro abarca região tida como de importância ao desenvolvimento econômico da região, importância que é associada à previsão de implantação de Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e ao Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários localizados às margens de Córrego Itaquera e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental, com demandas por serviços e equipamentos públicos. Destacam-se as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico e infraestrutura de mobilidade urbana, que parecem nortear o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é previsto Regularização fundiária (Meta 18) - Domenico Tito; Contratação do projeto para reforma Casa de Cultura Hip Hop Leste; Espaço Primeira Infância Casa de Cultura Hip Hop Leste; Disponibilização de Wi-Fi gratuito; Reforma e ampliação CAPS III IJ Cidade Tiradentes; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação de ciclofaixa de Cidade Tiradentes; Implantação Território Educador Cidade Tiradentes.

O critério 7. Mobilidade Urbana assume destaque em debate sobre a priorização do PA. Verifica-se alta relevância temática e forte relação espacial entre Programa de Metas e o Perímetro de Ação, apesar de ainda serem necessários novos investimentos públicos

com vistas ao íntegro atendimento de diretrizes apresentadas pelo PRS. A qualificação da infraestrutura ciclovária justifica a relevância do critério 7, por exemplo.

De modo secundário, os critérios 1. Estruturação e Transformação Urbana; 2. Inclusão socioeconômica; 3. Economia Urbana Local; 4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; e 6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana podem ser destacados. Os critérios 1, 3 e 6 não encontram forte relação com Programa de Metas e este PA, mas são apresentados como de alta relevância por NRP. O critério 4 é identificado como de relevância baixa por NRP, mas há relação espacial entre Programa de Metas e o Perímetro de Ação, de modo que esse critério também contribui para a priorização deste perímetro de ação. O critério 2 é identificado como de relevância mediana por NRP, e há relação com o Programa de Metas 2019-2020, a regularização fundiária exemplifica isso. Segundo NRP, o perímetro 53 já abarca centralidade da Subprefeitura, de modo que as demandas por equipamentos públicos são parcialmente atendidas, e por isso a relevância mediana atribuída ao critério 4.

Os critérios 5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento e 8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil não contribuem para a priorização de PA.

PERÍMETRO 55

O presente perímetro abarca região proteção e recuperação ambiental, o que aponta para a necessidade da manutenção dos serviços ambientais prestado por sistemas ambientais existentes, por exemplo. Verificam-se assentamentos precários, também localizados às margens de corpos hídricos, e, desse modo, a região é também de vulnerabilidade social, urbana, habitacional e ambiental. Também se salienta precariedade de sistema viário local e dificuldades em torno da mobilidade urbana. Destacam-se as diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico e uso do solo urbano, caráter ambiental e mobilidade urbana, que parecem nortear o debate sobre o referido PA.

Em acordo com o Programa de Metas 2019-2020, é previsto Contratação projeto de reforma Casa de Cultura Hip Hop Leste; Espaço primeira infância Casa de Cultura Hip Hop Leste; Disponibilização Wi-Fi gratuito; Reforma CEO/CER Cidade Tiradentes - SMS; Construção CAPS AD III Cidade Tiradentes - SMS; Construção UA Adulto Cidade Tiradentes; Construção CAPS Infante Juvenil - UA Infante Juvenil Cidade Tiradentes - SMS; Adequação e adaptação de calçada; Requalificação e acessibilidade de calçadas; Território Educador de Cidade Tiradentes.

Os critérios 7. Mobilidade Urbana e 8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil Urbana esclarecem a priorização deste perímetro. O NRP, com destaque aos representantes da Subprefeitura, indica o caráter estratégico deste perímetro de ação, em grande medida por abarcar a região central de Cidade Tiradentes, onde se verifica vulnerabilidade social e ambiental, mas também possibilidades em torno da melhoria da mobilidade urbana e estímulo ao desenvolvimento econômico, por exemplo. Neste sentido, o critério 8 assume destaque. Sobre o critério 7, verifica-se alta relevância temática e forte relação espacial entre Programa de Metas e o Perímetro de Ação, apesar de ainda serem necessários novos investimentos públicos com vistas ao íntegro atendimento de diretrizes apresentadas pelo PRS. Território Educador de Cidade Tiradentes se relaciona com o critério 7, com atenção aos deslocamentos ativos.

Os critérios 1. Estruturação e Transformação Urbana; 2. Inclusão socioeconômica; 4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; 6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana assumem importância secundária em priorização de perímetro de ação. Segundo NRP, os critérios 1, 2 e 6 são de alta relevância para o PA. Segundo NRP, o critério 4 é de baixa relevância para o PA, mas encontra relação com o Programa de Metas 2019-2020, relação expressa pela ampliação e qualificação de equipamentos e serviços públicos.

Os critérios 3. Economia Urbana Local, 5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento não contribuem para a priorização de PA.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação

Durante a 2ª Rodada de Oficinas, o Núcleo Regional de Planejamento pré-selecionou 03 Perímetros de Ação prioritários. Essa proposta de priorização dos Perímetros de Ação foi apresentada para validação dos representantes do Conselho Municipal Participativo e sociedade civil, com o objetivo de ampliar a discussão, assim como colher propostas e sugestões. Esse processo de consulta popular também visa contribuir para a elaboração do Programa de Metas 2021-2024.

Os critérios de seleção de destaque para a priorização dos Perímetros de Ação foram sistematizados, e essa sistematização pode ser observada no **Quadro 05**. A sistematização da priorização dos Perímetros de Ação foi subsídio ao referido processo participativo.

Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

Perímetro de Ação	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
PERÍMETRO 58- CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIAO DE VILA YOLANDA, JARDIM FATIMA E JARDIM PEROLA	Critério(s) preponderante(s): 2. Inclusão socioeconômica ; 4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; 6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana Características PA: Assentamentos precários; vulnerabilidade socioambiental; demanda por equipamentos e serviços públicos. Programa de Metas 2019-2020 prevê uma série de ações, tal como produção habitacional, regularização fundiária, obras em área de risco; implantação de CEU Cidade Tiradentes, dentre outras ações.
PERÍMETRO 53- ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES	Critério(s) preponderante(s): 7. Mobilidade Urbana Características PA: PDE indica implantação Linha 15 do Metrô; PDE indica implantação corredor de ônibus Perimetral Leste; Há assentamentos precários; vulnerabilidade socioambiental; demanda por equipamentos e serviços públicos; centralidade de Cidade Tiradentes.
PERÍMETRO 55- SETOR G, SETOR FERROVIARIOS E ARREDORES	Critério preponderante: 7. Mobilidade Urbana; 8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil Urbana Características PA: Assentamentos precários; vulnerabilidade socioambiental; precariedade sistema viário; possibilidades a respeito do desenvolvimento econômico.

Elaboração: Consultores UNESCO.

Os critérios de seleção dos Perímetros de Ação destacados pelo NRP são: 2. Inclusão socioeconômica; 4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; 6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; 7. Mobilidade Urbana; e 8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

O Plano Regional da Subprefeitura Cidade Tiradentes busca enfrentar a precariedade urbana e a vulnerabilidade social em território com potencialidade de prestação de serviços ambientais, região de cabeceiras e de importantes maciços verdes. Cidade Tiradentes é uma Subprefeitura com baixa oferta de empregos formais e baixo perfil de renda. O PRS destaca a insuficiência da oferta de equipamentos e serviços públicos, a precariedade do sistema viário, o sistema de transporte público coletivo insuficiente, e a não universalização da infraestrutura e serviços urbanos básicos, todos aspectos que são pautas frequentes dos Perímetros de Ação.

De um modo geral, considera-se que as Metas verificadas não são suficientes para atender as diretrizes estabelecidas pelo Plano Regional da Subprefeitura. Essas considerações gerais se aplicam para os Perímetros de Ação previamente priorizados. De qualquer modo, cabe destacar correlação entre Programa de Metas 2019-2020 e a prévia priorização do Perímetro de Ação 58. Par além da correlação entre priorização e Programa de Metas 2019-2020, de fato, esse perímetro abarca território com fortes demandas por investimentos e serviços públicos.

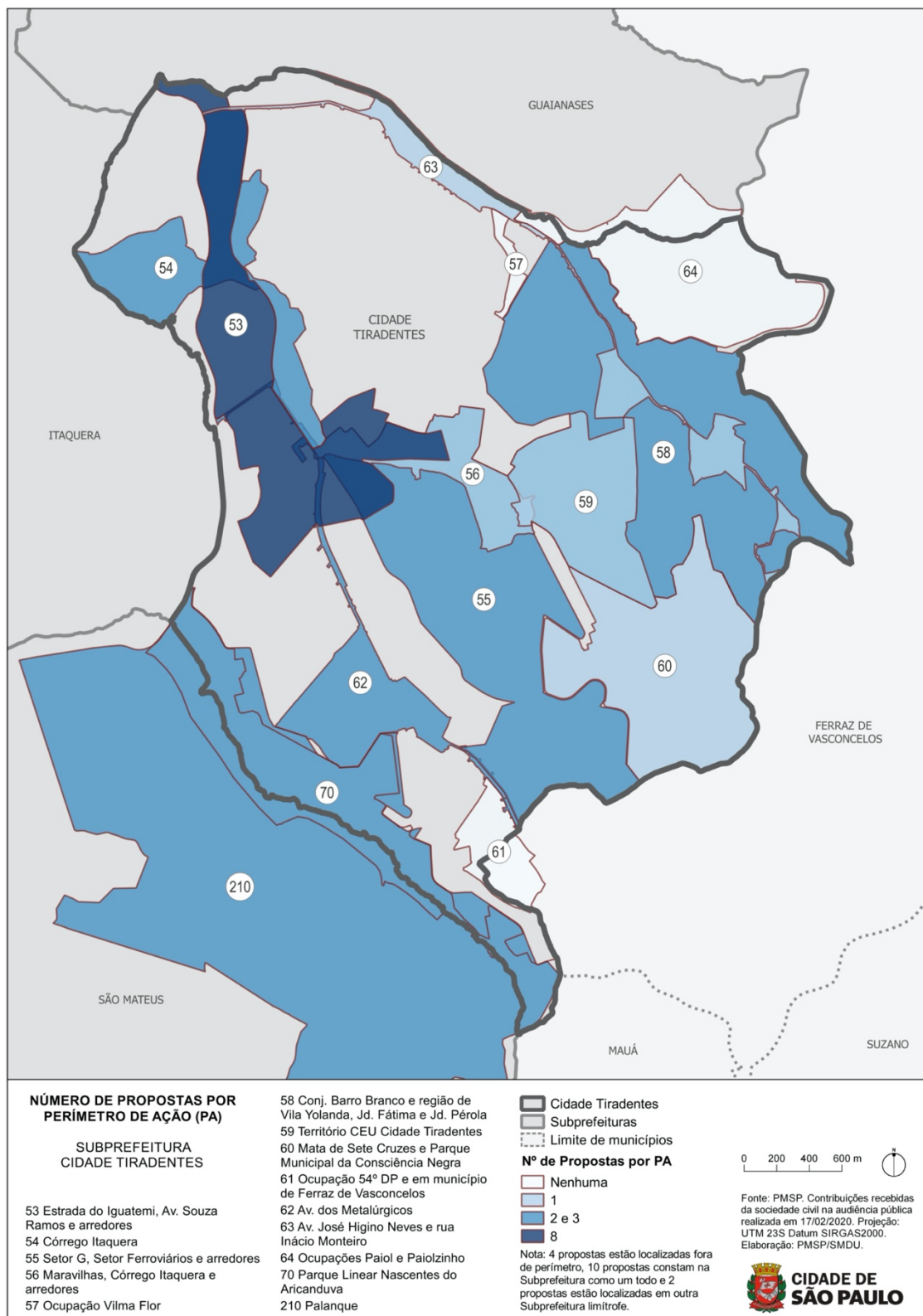
Ainda, a priorização prévia, construída junto ao NRP, aponta caráter estratégico de Perímetros de Ação 53 e 55, sendo esse potencial condicionado a investimentos públicos e ao atendimento das diretrizes apresentadas pelo PRS.

O desafio para o próximo Programa de Metas é o de fortalecer o ciclo de planejamento participativo, pautando as discussões no atendimento das diretrizes ainda não atendidas e apresentadas pelo PRS.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

A seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade civil. Essas contribuições remontam a consulta pública realizada no dia 17 de fevereiro de 2020. As propostas da sociedade civil foram sistematizadas, e a sistematização incorpora uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas às propostas em acordo com as secretarias municipais, a pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura, e as devolutivas de cada secretaria municipal para as propostas da sociedade civil. Apresenta, também, as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.*



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

* **Mapa 2** é apresentado em formato A3 por **Anexo 04**.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições ou propostas da sociedade civil inclui informações sobre (a) proposta; (b) Perímetro de Ação; e (c) classificação da proposta.

A relação estabelecida entre (a) propostas e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal. Verificou-se que há propostas genéricas que não encontram correspondência clara com territórios específicos da Subprefeitura, por exemplo: “Oferta de moradia na Subprefeitura”, ou apenas “Moradia”. Essas propostas são debatidas de modo amplo e para todo o território da Subprefeitura. As propostas genéricas também foram classificadas e avaliadas, com atenção ao Plano de Ação da Subprefeitura.

A (c) classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.

Na classificação no item (i) investimentos nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item (ii) gestão e monitoramento urbano nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos, nos referimos a propostas que ainda demandam avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de (iv) zeladoria se referem a manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, também de importância para a qualidade de vida na cidade, e em geral remontam a despesas de custeio pela administração pública.

Foram identificadas pela Secretaria de Governo Municipal as secretarias municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas da sociedade civil. Referente a isso, serão apresentados mais adiante as análises e o posicionamento dos setoriais municipais sobre as propostas a eles afetas.

O estudo das contribuições da sociedade civil inclui ainda avaliação sobre a “pertinência” da proposta, apresentada pelo **Quadro 6**. O conceito de pertinência

sintetiza a integração da proposta ao processo de planejamento urbano, ao Plano Regional da Subprefeitura e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Por exemplo: limpeza de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina da Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação da Subprefeitura. Mesmo que não considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil foi encaminhada a esferas competentes da administração pública municipal.

A Subprefeitura Cidade Tiradentes recebeu 29 propostas da sociedade civil. Essas propostas são apresentadas adiante, sistematizadas em acordo com os respectivos Perímetros de Ação, ou seja, de forma territorializada.

Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Cidade Tiradentes.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP) ⁵	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
1	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Reforma da escada da Rua Barão Dinis de Samuel - Jardim Souza Ramos	Manutenção do espaço público	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
2	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Semáforo na rua Arroio Arapongas com rua Barão Dinis de Samuel	Gestão tráfego	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
3	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Córrego Milagres dos Peixes ao lado do Terminal	Prover infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
4	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Mobilidade Urbana: criação de linha noturna no Jd. Souza Ramos e Pedra Branca	Gestão de concessão de ônibus - rotas noturnas	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
5	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	UBS: criação de UBS no Jardim Souza Ramos	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim

⁵ A coluna “Proposta municipal” é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
6	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 54 Córrego Itaquera 70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Duplicação da Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
6	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 54 Córrego Itaquera 70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Duplicação da Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
7	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 56 Maravilhas, Córrego Itaquera e arredores	Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha.	Resolução questão habitacional	Investimento	14 - Habitação	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Múncipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
7	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 56 Maravilhas, Córrego Itaquera e arredores	Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha.	Resolução questão habitacional	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
8	53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores Fora de perímetro	Asfalto novo na Rua Barão Carvalho do Amparo e Rua Barão Diniz de Manuel	Manutenção do sistema viário	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
9	54 Córrego Itaquera	Rio da Mario Ferrais - A ponte está cedendo as calçadas e o mato tomou conta da calçada	Zeladoria urbana	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
10	54 Córrego Itaquera 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 62 Av. dos Metalúrgicos	Sinalização viária na Metalúrgicos e Estrada Iguatemi	Gestão tráfego	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
11	55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores	Projeto da UBS Setor G (Acetel)	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
12	58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola	Construção da UBS Jd. Vitória	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
13	58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola 59 Território CEU Cidade Tiradentes	Risco grande de deslizamento no fundo dos quintais das casas que ficam localizadas na Rua Cachoeira da Sorte (Favela Maravilha). Risco para as famílias que construíram seus barracos.	Resolução questão habitacional	Investimento	25 - Segurança Urbana	Sim
14	58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola 63 Av. José Higino Neves e Rua Inácio Monteiro	Buracos na rua Nova Guianazes com Rua Inácio Monteiro	Manutenção do sistema viário	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
15	60 Mata de Sete Cruzes e Parque Municipal Consciência Negra Fora de perímetro	Parques, ciência, consciência no Parque Vila do Rodeio - melhorias	Manutenção do sistema de áreas verdes e parques	Zeladoria	28 - Verde e Meio Ambiente	Não
16	62 Av. dos Metalúrgicos	Estacionamento no Hospital Cidade Tiradentes	Gestão equipamento público	Gestão e Monitoramento urbano	19 - Mobilidade e Transportes	Não
17	70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Sempre cobro uma nova entrada da Cidade Tiradentes pela Estrada do Palanque	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
17	70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Sempre cobro uma nova entrada da Cidade Tiradentes pela Estrada do Palanque	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
18	Fora de perímetro	Sugiro estudo de viabilidade de extensão da Rua Barão Monteiro do Tremembé com Av. Souza Ramos. Hoje já existe uma "rua informal" sem pavimento que liga esses 2 logradouros. Apenas motos e pedestres tem acesso devido às más condições do local. O principal benefício da obra seria acabar com o gargalo de fluxo de carros na Av. Inácio Monteiro e Souza Ramos, hoje única forma de acesso entre a Estrada do Iguatemi e os seguintes bairros: Prestes Maia, Inácio Monteiro, Vila Paulista e Castro Alves.	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Múncipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
18	Fora de perímetro	Sugiro estudo de viabilidade de extensão da Rua Barão Monteiro do Tremembé com Av. Souza Ramos. Hoje já existe uma "rua informal" sem pavimento que liga esses 2 logradouros. Apenas motos e pedestres tem acesso devido às más condições do local. O principal benefício da obra seria acabar com o gargalo de fluxo de carros na Av. Inácio Monteiro e Souza Ramos, hoje única forma de acesso entre a Estrada do Iguatemi e os seguintes bairros: Prestes Maia, Inácio Monteiro, Vila Paulista e Castro Alves.	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim
19	Outra Subprefeitura	Ampliação da Via Ragueb Chohfi e Passagem Funda	Ampliação de sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
19	Outra Subprefeitura	Ampliação da Via Ragueb Chohfi e Passagem Funda	Ampliação de sistema viário	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçepe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
20	Subprefeitura como um todo	Instalar uma Regional de Educação em Cidade Tiradentes	Gestão da rede de equipamentos públicos	Gestão e Monitoramento urbano	09 - Educação	Não
21	Subprefeitura como um todo	Pancadões de rua - fiscalização	Gestão espaço público	Gestão e Monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
22	Subprefeitura como um todo	Fiscalização às obras de asfalto novo	Gestão de contratos	Gestão e Monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
23	Subprefeitura como um todo	Construção da UBS Saradin	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
24	Subprefeitura como um todo	Centro de Especialidade no setor	Oferta equipamento público de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
25	Subprefeitura como um todo	Relacionado ao PDE, a necessidade do Programa de Regularização Fundiária e Urbanística inclusive nas COHABs	Resolução questão habitacional	Investimento	14 - Habitação	Sim
26	Subprefeitura como um todo	Promover o Programa Cidade Legal	Resolução questão habitacional	Investimento	14 - Habitação	Sim
27	Subprefeitura como um todo	Implantação e construção da sede do Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	Oferta equipamento público de assistência social	Investimento	01 - Assistência Social	Sim
27	Subprefeitura como um todo	Implantação e construção da sede do Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	Oferta equipamento público de assistência social	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Munícipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Síntese Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM- PMSP)	Pertinência de Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
28	Subprefeitura como um todo	Maior divulgação dos Ecopontos	Oferta de ecopontos	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
29	Subprefeitura como um todo	Saneamento: córrego Souza Ramos	Prover infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos	Investimento	15 - Infraestrutura e Obras	Sim

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas

As propostas apresentadas para a Subprefeitura Cidade Tiradentes são de competência de 09 secretarias municipais, conforme avalia o **Quadro 7**. Algumas propostas foram encaminhadas para a avaliação de mais de uma secretaria municipal, e por isso a aparente divergência entre número de propostas e posição das secretarias municipais.

Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.

Secretaria municipal	Contagem de Propostas por secretaria municipal
01 - Assistência Social	1
09 - Educação	1
14 - Habitação	3
15 - Infraestrutura e Obras	5
19 - Mobilidade e Transportes	8
24 - Saúde	5
25 - Segurança Urbana	1
26 - Subprefeituras	9
28 - Verde e Meio Ambiente	2

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

As propostas foram encaminhadas pela Secretaria de Governo Municipal aos setoriais ou secretarias competentes. A posição dos setoriais esteve orientada pelos seguintes itens (i) proposta; (ii) devolutiva; (iii) justificativa devolutiva. Nem todos os setoriais apresentaram suas devolutivas, ou a devolutiva para todas as propostas a ele apresentadas. As posições dos setoriais sobre as propostas foram territorializadas e sistematizadas e organizadas em acordo com os Perímetros de Ação pelos consultores UNESCO, sistematização demonstrada pelo **Quadro 8**.

Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais sobre Cidade Tiradentes.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Reforma da escada da Rua Barão Dinis de Samuel - Jardim Souza Ramos	26 - Subprefeituras	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Será contemplada a reforma do escadão com a equipe de logradouros.
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Semáforo na rua Arroio Araçongas com rua Barão Dinis de Samuel	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00820/20-17
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Córrego Milagres dos Peixes ao lado do Terminal	26 - Subprefeituras	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Há um projeto para o local e falta a disponibilidade de recurso financeiro.
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	Mobilidade Urbana: criação de linha noturna no Jd. Souza Ramos e Pedra Branca	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Informamos que a Av. Souza Ramos é atendida pelo serviço noturno N441-11 Term. Cid. Tiradentes - VI. Yolanda, quanto a Pedra Branca em consulta a pesquisas de origem/destino, fornecidas pelo uso do Bilhete Único não identificamos demanda para a criação de novo serviço.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores	UBS: criação de UBS no Jardim Souza Ramos	24 - Saúde	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território. Contudo, no segundo semestre de 2018 foi entregue a UBS Nascer do Sol pertencente a Cidade Tiradentes. Essa informação consta no Relatório Anual de Gestão (RAG) e pode ser consultada na página da Prefeitura, nesse link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865 . Além disso, pertence ao planejamento de 2020 reforma de duas unidades de saúde, AMA/UBS Integrada Castro Alves e UBS Gráficos.
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 54 Córrego Itaquera 70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Duplicação da Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda não concerne à Secretaria	para manifestação prévia da SIURB (competência)
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 54 Córrego Itaquera 70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Duplicação da Av. Ragueb Chohfi e Estrada do Iguatemi	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 56 Maravilhas, Córrego Itaquera e arredores	Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha.	14 - Habitação	Demanda não concerne à Secretaria	A guarda das áreas públicas não é uma atribuição se SEHAB, a atribuição de fiscalização e obras irregulares é da Subprefeitura local.
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 56 Maravilhas, Córrego Itaquera e arredores	Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha.	26 - Subprefeituras	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	<p>Acerca das ações de CPDU neste ano - em ação e planejadas, podemos informar: - Intensificou-se no período a fiscalização das atividades relacionadas aos estabelecimentos proibidos de funcionar durante a "quarentena" decorrente do Decreto de Estado de Calamidade no município de São Paulo, inclusive resultando na lacração de um bar com lotação acima de 50 pessoas num final de semana à noite.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não houveram denúncias de novas invasões nas bordas da ocupação, que já se encontra consolidada, e poucas ocorrências de escorregamento de massa no período de alta pluviosidade. - Durante o período de estiagem, de abril até setembro, serão realizadas as vistorias cabíveis para reclassificação anual das áreas de risco geológico no complexo maravilha, em conjunto com a Defesa Civil, Secretaria das Subprefeituras e Subprefeitura Cidade Tiradentes. - Vistorias observaram o congelamento da ocupação, não ocorrendo em seu núcleo inicial novas invasões. <p>Acerca das intervenções urbanísticas no território:</p> <p>LOCAL: RUA APOSTOLO SIMÃO PEDRO – ACESSO A COMUNIDADE MARAVILHA.</p>

			<p>Reforma da passarela metálica, execução de piso intertravado no entorno e drenagem de águas pluviais.</p> <p>LOCAL: RUA CRISTOVÃO DE MOLINA – ACESSO A COMUNIDADE MARAVILHA. Instalação de guarda corpo com tela na passarela, execução de piso intertravado no entorno e drenagem de águas pluviais.</p> <p>LOCAL: AVENIDA NAYLOR DE OLIVEIRA - PASSARELA. Execução de passarela metálica e mureta para separação de trânsito de carros e pedestres.</p> <p>Obra Emergencial:</p> <p>OBJETO: Obras Emergenciais de Contenção, com solo grampeado, gabiões e Drenagem de Solo. LOCAL: Rua Coração de Maça - Castro Alves - Cidade Tiradentes. Contenção de margem de córrego com gabião execução de solo grampeado e drenagem no talude.</p> <p>Quanto as ações da Supervisão de habitação:</p> <p>Todos os casos e ações quando solicitadas pela Defesa Civil são prontamente atendidas pela Supervisão da Habitação e posteriormente encaminhadas a Secretaria da Habitação. Ao término da Pandemia e antes das Chuvas a Supervisão da Habitação dará a continuidade do cadastramento e atualização de dados das Famílias..</p>
--	--	--	--

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
53 Estrada do Iguatemi, Av. Souza Ramos e arredores Fora de perímetro	Asfalto novo na Rua Barão Carvalho do Amparo e Rua Barão Diniz de Manuel	26 - Subprefeituras	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentária de 2021.
54 Córrego Itaquera	Rio da Mario Ferrais - A ponte está cedendo as calçadas e o mato tomou conta da calçada	26 - Subprefeituras	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Em fase estudo/ projeto para reforma da ponte.
54 Córrego Itaquera 55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores 62 Av. dos Metalúrgicos	Sinalização viária na Metalúrgicos e Estrada Iguatemi	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00819/20-38

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
55 Setor G, Setor Ferroviários e arredores	Projeto da UBS Setor G (Acetel)	24 - Saúde	Demanda não inteligível ou genérica	A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo da necessidades de cada território. Nesse sentido, no segundo semestre de 2018 foi entregue a UBS Nascer do Sol pertencente a subprefeitura Cidade Tiradentes. Essa informação consta no Relatório Anual de Gestão (RAG) e pode ser consultada na página da Prefeitura, nesse link: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865 >. Além disso, constam no planejamento de 2020, as reformas de duas unidades de saúde, AMA/UBS Integrada Castro Alves e UBS Gráficos.
58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola	Construção da UBS Jd. Vitória	24 - Saúde	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	A cessão do terreno para a construção da Unidade Básica de Saúde - UBS Jd. Vitória encontra-se em análise pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Este projeto está previsto para o Planejamento de 2021.
58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola 59 Território CEU Cidade Tiradentes	Risco grande de deslizamento no fundo dos quintais das casas que ficam localizadas na Rua Cachoeira da Sorte (Favela Maravilha). Risco para as famílias que construíram seus barracos.	25 - Segurança Urbana	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
58 Conjunto Barro Branco e Região de Vila Yolanda, Jd. Fátima e Jd. Pérola 63 Av. José Higino Neves e Rua Inácio Monteiro	Buracos na rua Nova Guianazes com Rua Inácio Monteiro	26 - Subprefeituras	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Solicitação encaminhada
60 Mata de Sete Cruzes e Parque Municipal Consciência Negra Fora de perímetro	Parques, ciência, consciência no Parque Vila do Rodeio - melhorias	28 - Verde e Meio Ambiente	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Os parques da Ciência e Consciência Negra foram contemplados no Programa de Metas 2019-2020 e estão recebendo ações de revitalização em 2020.
62 Av. dos Metalúrgicos	Estacionamento no Hospital Cidade Tiradentes	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda não inteligível ou genérica	

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Sempre cobro uma nova entrada da Cidade Tiradentes pela Estrada do Palanque	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda não concerne à Secretaria	para manifestação prévia da SIURB (competência)
70 Parque Linear nascentes do Aricanduva 210 Palanque	Sempre cobro uma nova entrada da Cidade Tiradentes pela Estrada do Palanque	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	
Fora de perímetro	Sugiro estudo de viabilidade de extensão da Rua Barão Monteiro do Tremembé com Av. Souza Ramos. Hoje já existe uma "rua informal" sem pavimento que liga esses 2 logradouros. Apenas motos e pedestres tem acesso devido às más condições do local. O	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda não concerne à Secretaria	Siurb

	principal benefício da obra seria acabar com o gargalo de fluxo de carros na Av. Inácio Monteiro e Souza Ramos, hoje única forma de acesso entre a Estrada do Iguatemi e os seguintes bairros: Prestes Maia, Inácio Monteiro, Vila Paulista e Castro Alves.			
--	---	--	--	--

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
Fora de perímetro	Sugiro estudo de viabilidade de extensão da Rua Barão Monteiro do Tremembé com Av. Souza Ramos. Hoje já existe uma "rua informal" sem pavimento que liga esses 2 logradouros. Apenas motos e pedestres tem acesso devido às más condições do local. O principal benefício da obra seria acabar com o gargalo de fluxo de carros na Av. Inácio Monteiro e Souza Ramos, hoje única forma de acesso entre a Estrada do Iguatemi e os seguintes bairros: Prestes Maia, Inácio Monteiro, Vila Paulista e Castro Alves.	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
Outra Subprefeitura	Ampliação da Via Ragueb Chohfi e Passagem Funda	19 - Mobilidade e Transportes	Demanda não concerne à Secretaria	para manifestação prévia da SIURB (competência)
Outra Subprefeitura	Ampliação da Via Ragueb Chohfi e Passagem Funda	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	
Subprefeitura como um todo	Instalar uma Regional de Educação em Cidade Tiradentes	09 - Educação	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
Subprefeitura como um todo	Pancadões de rua - fiscalização	26 - Subprefeituras	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Faz parte das ações fiscais da Subprefeitura autuar bares e assemelhados tanto por falta de licença de funcionamento como por permanecerem abertos após às 01:00hs, desde que não possuam o devido isolamento acústico. Comandos aos finais de semana da Subprefeitura em conjunto com PSIU, Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana visam coibir os ditos "pancadões", cada órgão fazendo o que é de sua competência. Reclamações por falta de licença são tratadas pelo devido processo legal através das demandas protocoladas pelos cidadãos ou vistoriados de ofício pelos Agentes Vistores.

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
Subprefeitura como um todo	Fiscalização às obras de asfalto novo	26 - Subprefeituras	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Demanda já encaminhada ao fiscal do contrato
Subprefeitura como um todo	Construção da UBS Saradin	24 - Saúde	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território. Contudo, no segundo semestre de 2018 foi entregue a UBS Nascer do Sol pertencente a Cidade Tiradentes. Essa informação consta no Relatório Anual de Gestão (RAG) e pode ser consultada na página da Prefeitura, nesse link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865 . Além disso, pertence ao planejamento de 2020 reforma de duas unidades de saúde, AMA/UBS Integrada Castro Alves e UBS Gráficos.
Subprefeitura como um todo	Centro de Especialidade no setor	24 - Saúde	Demanda não inteligível ou genérica	Centro de Especialidades é uma demanda presente no planejamento de 2020, no sentido de manter e qualificar os serviços já implantados. Além disso, o planejamento contempla a implantação de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil III e, reforma do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)/Centro Especializado em Reabilitação (CER).

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
Subprefeitura como um todo	Relacionado ao PDE, a necessidade do Programa de Regularização Fundiária e Urbanística inclusive nas COHABs	14 - Habitação	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Existem procedimentos de regularização fundiária em andamento para áreas e conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes.
Subprefeitura como um todo	Promover o Programa Cidade Legal	14 - Habitação	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Programa Cidade Legal é do Governo do Estado e a SEHAB possui convênio para realização de regularização fundiária por meio desse programa.
Subprefeitura como um todo	Implantação e construção da sede do Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	01 - Assistência Social	Demanda não concerne à Secretaria	Responsabilidade da SMDHC
Subprefeitura como um todo	Implantação e construção da sede do Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	28 - Verde e Meio Ambiente	Demanda não concerne à Secretaria	A proposta não é atribuição de SVMA

Perímetro de Ação	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Autoria Devolutiva	Devolutiva	Justificativa
Subprefeitura como um todo	Maior divulgação dos Ecopontos	26 - Subprefeituras	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Esta demanda já foi passada ao departamento de Comunicação de AMLURB e está sendo desenvolvida uma estratégia para ser implantada em 2020.
Subprefeitura como um todo	Saneamento: córrego Souza Ramos	15 - Infraestrutura e Obras	Demanda não concerne à Secretaria	

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Informações atualizadas pela SGM em 17.08.2020. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública

O presente item trata da relação entre os Perímetros de Ação prioritários e as propostas da sociedade civil com vistas à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura. Os Perímetros de Ação prioritários para a Subprefeitura são:

1. PERÍMETRO 58 - CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIÃO DE VILA YOLANDA, JARDIM FÁTIMA E JARDIM PÉROLA
2. PERÍMETRO 53 - ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES
3. PERÍMETRO 55 - SETOR G, SETOR FERROVIÁRIOS E ARREDORES

A avaliação das propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021 a partir das contribuições da sociedade civil se desenvolve em torno dos seguintes elementos:

- i. quando possível, e em acordo com os insumos fornecidos pelas secretarias municipais, tratar da viabilidade técnica e financeira das contribuições de sociedade civil;
- ii. justificativas e recomendações a respeito das propostas da sociedade consideradas inviáveis ou pouco aderentes ao Plano de Ação da Subprefeitura;
- iii. relação entre propostas da sociedade civil, diretrizes do Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020;
- iv. inserção de propostas no Plano de Ação da Subprefeitura;
- v. recomendações para o próximo ciclo de planejamento urbano, quando pertinente.

A análise da relação entre os Perímetros de Ação prioritários e as propostas da sociedade civil é organizada por Perímetro de Ação.

PERÍMETRO 58 - CONJUNTO BARRO BRANCO E REGIÃO DE VILA YOLANDA, JARDIM FÁTIMA E JARDIM PÉROLA

As diretrizes de Perímetro de Ação, tal como apresentado por Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;
- Saneamento ambiental de cursos d'água existentes, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Conservação, manejo, fiscalização e recuperação de vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Melhoria em sistema de transporte público e coletivo;
- Qualificar acesso ao Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes;
- Implantação de Território CEU;
- Viabilizar melhor conexão entre região de Vila Yolanda, Jardim Fátima, Jardim Pérola 1 e 2 e o Território CEU Cidade Tiradentes.

As ações previstas no Programa de Metas 2019-2020 para este Perímetro de Ação são:

- Produção habitacional (Meta 19) - MCMV FAR Demanda Aberta - Pirassuninga;
- Regularização fundiária (Meta 18) Vila Yolanda - Área Maior;
- Regularização fundiária (Meta 18) - Sonata do Adeus;
- Regularização fundiária (Meta 18) Jardim Pérola III;
- Regularização fundiária (Meta 18) em Conjunto Residencial Dom Angélico;
- Implantação CEU Cidade Tiradentes;
- Disponibilização de Wi-Fi gratuito;
- Execução de obra em área de risco, para contenção de talude;

- Adequação e adaptação de calçada;
- Requalificação e acessibilidade de calçadas.

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Resolução questão habitacional – a questão habitacional não é tratada diretamente por diretrizes de Perímetro de Ação. Contudo, o território, assim como a problematização apresentada pelo Plano Regional da Subprefeitura, indica a relevância de investimentos em torno da questão habitacional. Verificam-se assentamentos precários, inclusive em área de risco, em território abarcado por Perímetro de Ação 58. Assim, a superação de vulnerabilidade socioambiental local demanda a implementação de políticas habitacionais. O Programa de Metas 2019-2020 reforça essa percepção. O Programa de Metas 2019-2020 prevê a Produção habitacional (Meta 19) - MCMV FAR Demanda Aberta - Pirassuninga; Regularização fundiária (Meta 18) Vila Yolanda - Área Maior; Regularização fundiária (Meta 18) - Sonata do Adeus; Regularização fundiária (Meta 18) Jardim Pérola III; Regularização fundiária (Meta 18) em Conjunto Residencial Dom Angélico em território abarcado por Perímetro de Ação 58. Mesmo a questão de assentamentos em áreas de risco é tratada por Programa de Metas 2019-2020: Execução de obra em área de risco, para contenção de talude.

De modo específico, a proposta da sociedade civil é: *“Risco grande de deslizamento no fundo dos quintais das casas que ficam localizadas na Rua Cachoeira da Sorte (Favela Maravilha). Risco para as famílias que construíram seus barracos.”*

Sobre isso, a secretaria municipal de Segurança Urbana afirma que: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020”.*

A convergência entre demandas e Programa de Metas 2019-2020 sustenta a tese de que **é pertinente a complementação de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro de Ação 58, com atenção à resolução da questão habitacional.** Deve ficar claro, contudo, que a resolução da questão habitacional é mais do que a gestão do risco, de modo que a articulação entre secretarias deve ser estimulada com vistas à promoção do acesso definitivo à moradia digna.

- Oferta equipamento público de saúde – a proposta da sociedade civil se refere à “*Construção da UBS Jd. Vitória*”. Sobre isso, destaca-se a vulnerabilidade socioambiental no tratamento deste Perímetro de Ação. E as diretrizes apresentadas pelo Plano Regional da Subprefeitura ou o Programa de Metas 2019-2020 não tratam diretamente sobre o acesso a equipamentos e serviços públicos de saúde. **Neste sentido, é pertinente a complementação de diretrizes apresentadas por Perímetro de Ação 58.**

Sobre essa proposta, a secretaria municipal de Saúde afirma que: “*Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. A cessão do terreno para a construção da Unidade Básica de Saúde - UBS Jd. Vitória encontra-se em análise pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Este projeto está previsto para o Planejamento de 2021*”.

- Manutenção do sistema viário – esta proposta de sociedade civil se refere ao recapeamento de sistema viário na “*rua Nova Guaianases com Rua Inácio Monteiro*”. A manutenção de sistema viário já é contemplada por diretrizes de Plano Regional. Contudo, **consideramos que a proposta da sociedade civil não é pertinente ao desenvolvimento do Plano de Ação da Subprefeitura.** A não pertinência se deve a proposta ser relativa à zeladoria urbana, prática rotineira da administração pública. De qualquer modo, sobre essa proposta a secretaria municipal de Subprefeitura afirma que: “*Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020*”.

A efetivação das diretrizes para este Perímetro de Ação está articulada a estímulo às atividades econômicas, mobilidade urbana e ambiental, que também devem ser entendidos à luz da questão habitacional. Dentre essas, a sociedade civil confere destaque à resolução da questão habitacional, o que implica investimentos em provisão habitacional, regularização fundiária, provisão de infraestrutura e serviços urbanos básicos, com destaque ao saneamento básico. Cabe destacar, o amplo acesso ao saneamento básico também é condição à preservação de características ambientais locais, conforme defendido por Plano Regional da Subprefeitura.

PERÍMETRO 53 - ESTRADA DO IGUATEMI, AVENIZA SOUZA RAMOS E ARREDORES

As diretrizes de Perímetro de Ação, tal como apresentado por Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;
- Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade, objetivando a preservação de Córrego Itaquera e áreas verdes livres;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes;
- Implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste;
- Desenvolvimento de Plano de Comunicação e realização de debate público sobre o planejamento e implementação de rede cicloviária em Subprefeitura de Cidade Tiradentes.

As ações previstas no Programa de Metas 2019-2020 para este Perímetro de Ação são:

- Regularização fundiária (Meta 18) - Domenico Tito;
- Contratação do projeto para reforma Casa de Cultura Hip Hop Leste;
- Espaço Primeira Infância Casa de Cultura Hip Hop Leste;
- Disponibilização de Wi-Fi gratuito;
- Reforma e ampliação CAPS III IJ Cidade Tiradentes;
- Adequação e adaptação de calçada;
- Requalificação de ciclofaixa de Cidade Tiradentes;
- Implantação Território Educador Cidade Tiradentes.

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Resolução questão habitacional – por dedicar especial atenção aos temas desenvolvimento econômico e mobilidade urbana, a questão habitacional não é tratada diretamente por diretrizes de Perímetro de Ação. Contudo, o território, assim como a problematização apresentada por Plano Regional, indica a relevância local de investimentos em torno da questão habitacional. Verificam-se assentamentos precários, inclusive em área de risco. Assim, a superação de vulnerabilidade socioambiental local demanda políticas habitacionais. O Programa de Metas 2019-2020 reforça essa percepção. É prevista Regularização fundiária (Meta 18) - Domenico Tito.

De modo específico, a proposta da sociedade civil é: *“Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha”*.

A Secretaria Municipal de Habitação afirma que:

“A guarda das áreas públicas não é uma atribuição se SEHAB, a atribuição de fiscalização e obras irregulares é da Subprefeitura local”.

A Secretaria Municipal de Subprefeituras afirma que:

“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Acerca das ações de CPDU neste ano - em ação e planejadas, podemos informar: - Intensificou-se no período a fiscalização das atividades relacionadas aos estabelecimentos proibidos de funcionar durante a "quarentena" decorrente do Decreto de Estado de Calamidade no município de São Paulo, inclusive resultando na lacração de um bar com lotação acima de 50 pessoas num final de semana à noite.

- Não houveram denúncias de novas invasões nas bordas da ocupação, que já se encontra consolidada, e poucas ocorrências de escorregamento de massa no período de alta pluviosidade.

- Durante o período de estiagem, de abril até setembro, serão realizadas as vistorias cabíveis para reclassificação anual das áreas de risco geológico no complexo maravilha, em conjunto com a Defesa Civil, Secretaria das Subprefeituras e Subprefeitura Cidade Tiradentes.

- Vistorias observaram o congelamento da ocupação, não ocorrendo em seu núcleo inicial novas invasões.

Acerca das intervenções urbanísticas no território:

LOCAL: RUA APOSTOLO SIMÃO PEDRO – ACESSO A COMUNIDADE MARAVILHA.

Reforma da passarela metálica, execução de piso intertravado no entorno e drenagem de águas pluviais.

LOCAL: RUA CRISTOVÃO DE MOLINA – ACESSO A COMUNIDADE MARAVILHA.

Instalação de guarda corpo com tela na passarela, execução de piso intertravado no entorno e drenagem de águas pluviais.

LOCAL: AVENIDA NAYLOR DE OLIVEIRA - PASSARELA.

Execução de passarela metálica e mureta para separação de trânsito de carros e pedestres.

Obra Emergencial:

OBJETO: Obras Emergenciais de Contenção, com solo grampeado, gabiões e Drenagem de Solo.

LOCAL: Rua Coração de Maça - Castro Alves - Cidade Tiradentes.

Contenção de margem de córrego com gabião execução de solo grampeado e drenagem no talude.

Quanto as ações da Supervisão de habitação:

Todos os casos e ações quando solicitadas pela Defesa Civil são prontamente atendidas pela Supervisão da Habitação e posteriormente encaminhadas a Secretaria da Habitação. Ao término da Pandemia e antes das Chuvas a Supervisão da Habitação dará a continuidade do cadastramento e atualização de dados das Famílias”.

Por diversos ângulos, é evidenciada a pertinência da complementação de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53, com atenção à resolução da questão habitacional. Deve ficar claro, contudo, que a resolução da questão habitacional é mais do que a gestão de áreas públicas ou fiscalização e obras irregulares, de modo que a articulação entre secretarias deve ser estimulada.

- Prover infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos – a questão ambiental, com atenção ao saneamento básico e tratamento de corpos hídricos, é contemplada por diretrizes apresentadas por Plano Regional. No que

se refere ao Programa de Metas 2019-2020, não se verifica o atendimento parcial ou total desta proposta ou diretriz.

De modo específico, a proposta da sociedade civil é: *“Córrego Milagres dos Peixes ao lado do Terminal”*.

A Secretaria Municipal de Subprefeituras afirma que *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Há um projeto para o local e falta a disponibilidade de recurso financeiro”*.

Cabe aqui resgatar a relevância do saneamento básico para a superação das vulnerabilidades socioambientais locais e efetivação do Perímetro de Ação. Mesmo que não sejam necessárias complementações de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53, é evidenciada a necessidade a continuidade e regularidade dos investimentos públicos para a estruturação urbana local, um dos objetivos da elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

- Oferta equipamento público de saúde – a oferta de equipamentos públicos de saúde não é incorporada diretamente pelas diretrizes de Plano Regional. De qualquer modo, o Programa de Metas 2019-2020 sinaliza Reforma e ampliação CAPS III IJ Cidade Tiradentes.

De modo específico, a proposta da sociedade civil é: *“UBS: criação de UBS no Jardim Souza Ramos”*.

A Secretaria Municipal de Saúde afirma que *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território. Contudo, no segundo semestre de 2018 foi entregue a UBS Nascer do Sol pertencente a Cidade Tiradentes. Essa informação consta no Relatório Anual de Gestão (RAG) e pode ser consultada na página da Prefeitura, nesse link: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865>>. Além disso, pertence ao planejamento de 2020 reforma de duas unidades de saúde, AMA/UBS Integrada Castro Alves e UBS Gráficos.”*

A demanda sobre a oferta de equipamento público de saúde pode ser incorporada aos estudos e planejamento 2021 de Secretaria Municipal de Saúde. A convergência entre demandas locais e a atuação de setorial sobre o

espaço urbano sustenta **a pertinência de complementações de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53.**

- Manutenção do espaço público – a proposta se refere, especificamente, à *reforma da escada da Rua Barão Dinis de Samuel*. A manutenção do espaço público já é contemplada por diretrizes apresentadas por Plano Regional. **Contudo, consideramos que a proposta não é pertinente ao desenvolvimento do Plano de Ação da Subprefeitura**, já que se deve a proposta de zeladoria urbana, prática rotineira da administração pública.

De qualquer modo, sobre o tema, a Secretaria Municipal de Subprefeitura afirma que: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Será contemplada a reforma do escadão com a equipe de logradouros.”*

- Ampliação e manutenção de sistema viário – de modo específico, é demandada a duplicação de Estrada do Iguatemi e recapeamento de Rua Barão Carvalho do Amparo e Rua Barão Diniz de Manuel. A melhoria e qualificação de sistema viário é contemplada por diretrizes apresentadas por Plano Regional. Além disso, é prevista implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste. Neste sentido, denota-se pertinência de proposta de ampliação do sistema viário, ainda que **não são necessárias complementações de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53.** A respeito da manutenção de sistema viário, a proposta se refere a recapeamento. Sobre isto, **consideramos que esta última proposta – manutenção do sistema viário - não é pertinente ao desenvolvimento do Plano de Ação da Subprefeitura.** A não pertinência se deve a proposta ser relativa à zeladoria urbana, prática rotineira da administração pública. De qualquer modo, sobre o recapeamento de Rua Barão Carvalho do Amparo e Rua Barão Diniz de Manuel, a secretaria municipal de Subprefeitura afirma que: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.”*
- Gestão tráfego – é demandado semáforo na rua Arroio Arapongas com rua Barão Dinis de Samuel. A qualificação do deslocamento ativo, com foco sobre os pedestres, é tratada por diretrizes de Plano Regional. **De qualquer modo, a proposta da sociedade civil sinaliza pertinência de complementação de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53**, uma vez que a demanda também se refere à gestão de tráfego de automóveis, por exemplo.

A proposta da sociedade civil é também incorporada ao planejamento 2020 da CET, e o pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00820/20-17.

- Gestão de concessão de ônibus - rotas noturnas – a proposta é a criação de linha de ônibus noturna no Jd. Souza Ramos e Pedra Branca. Segundo a SPTrans, a “[...] Av. Souza Ramos é atendida pelo serviço noturno N441-11 Term. Cid. Tiradentes - Vl. Yolanda, quanto a Pedra Branca em consulta a pesquisas de origem/destino, fornecidas pelo uso do Bilhete Único não identificamos demanda para a criação de novo serviço”. Não há necessidade de complementações de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53.

A efetivação das diretrizes de Perímetro de Ação 53 se relaciona ao incentivo ao desenvolvimento econômico, saneamento ambiental, melhoria e qualificação do espaço público, melhoria e qualificação do sistema viário. Enquanto ações públicas associadas a efetivação dessas diretrizes, destaca-se a importância da implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste. Isso se relaciona ao tema do desenvolvimento econômico, uma vez que o PDE 2014 associa o desenvolvimento econômico e o uso e ocupação do solo à infraestrutura de mobilidade urbana, por exemplo. Contudo, dadas as precariedades e vulnerabilidades socioambientais locais, o desenvolvimento econômico deve estar articulado a investimentos em habitação e saneamento básico. *Os temas mobilidade urbana, habitação e saneamento básico são resgatados por sociedade civil, denotando sua relevância local. O desenvolvimento de projetos que articulem investimentos em mobilidade urbana, habitação, saneamento básico pode contribuir para maior precisão em termos de recursos administrativos e financeiros necessários.*

PERÍMETRO 55 - SETOR G, SETOR FERROVIÁRIOS E ARREDORES

As diretrizes de Perímetro de Ação, tal como apresentado por Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Incentivo às atividades comerciais, à prestação de serviços e geração de emprego locais;

- Saneamento ambiental do Córrego Itaquera, assim como o tratamento paisagístico de suas margens e demais áreas ambientalmente degradadas;
- Adequação de usos existentes e futuros ao caráter ambiental apresentado pela localidade;
- Melhoria e qualificação dos espaços públicos através, por exemplo, de melhorias de calçadas e áreas verdes, implantação de mobiliário urbano, a promoção de melhoria na iluminação pública e arborização viária;
- Melhoria e qualificação de sistema viário, tal como a de travessias de pedestres;
- Melhoria de parada final de ônibus próxima ao Parque Municipal da Consciência Negra;
- Promover a coleta regular e destinação de resíduos sólidos na região, especialmente em entorno de ocupação Maravilhas.

As ações previstas no Programa de Metas 2019-2020 para este Perímetro de Ação são:

- Contratação projeto de reforma Casa de Cultura Hip Hop Leste;
- Espaço primeira infância Casa de Cultura Hip Hop Leste;
- Disponibilização Wi-Fi gratuito;
- Reforma CEO/CER Cidade Tiradentes - SMS;
- Construção CAPS AD III Cidade Tiradentes - SMS;
- Construção UA Adulto Cidade Tiradentes;
- Construção CAPS Infante Juvenil - UA Infante Juvenil Cidade Tiradentes - SMS;
- Adequação e adaptação de calçada;
- Requalificação e acessibilidade de calçadas;
- Território Educador de Cidade Tiradentes

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Resolução questão habitacional – a proposta de sociedade civil dedica foco à favela Maravilhas. As diretrizes de Plano Regional se referem ao córrego Itaquera e favela Maravilhas no que se refere ao saneamento ambiental. A resolução da questão habitacional não é tratada diretamente. Cabe mencionar, avanços em termos de saneamento ambiental estão relacionados ao tratamento

das precariedades habitacionais por meio do acesso às infraestruturas de saneamento básico. Neste sentido, **é pertinente a complementação das diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 55.** O Programa de Metas 2019-2020 não apresenta ações em prol da questão habitacional na favela Maravilhas.

De modo específico, a proposta da sociedade civil é: *“Uma atenção urgente ao crescimento da favela Maravilha”.*

A Secretaria Municipal de Habitação afirma que:

“A guarda das áreas públicas não é uma atribuição se SEHAB, a atribuição de fiscalização e obras irregulares é da Subprefeitura local”.

A Secretaria Municipal de Subprefeituras afirma que:

“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Acerca das ações de CPDU neste ano - em ação e planejadas, podemos informar: - Intensificou-se no período a fiscalização das atividades relacionadas aos estabelecimentos proibidos de funcionar durante a "quarentena" decorrente do Decreto de Estado de Calamidade no município de São Paulo, inclusive resultando na lacração de um bar com lotação acima de 50 pessoas num final de semana à noite.

- Não houveram denúncias de novas invasões nas bordas da ocupação, que já se encontra consolidada, e poucas ocorrências de escorregamento de massa no período de alta pluviosidade.

- Durante o período de estiagem, de abril até setembro, serão realizadas as vistorias cabíveis para reclassificação anual das áreas de risco geológico no complexo maravilha, em conjunto com a Defesa Civil, Secretaria das Subprefeituras e Subprefeitura Cidade Tiradentes.

- Vistorias observaram o congelamento da ocupação, não ocorrendo em seu núcleo inicial novas invasões.

Acerca das intervenções urbanísticas no território:

LOCAL: RUA APOSTOLO SIMÃO PEDRO – ACESSO A COMUNIDADE MARAVILHA.

Reforma da passarela metálica, execução de piso intertravado no entorno e drenagem de águas pluviais.

LOCAL: RUA CRISTOVÃO DE MOLINA – ACESSO A COMUNIDADE MARAVILHA.

Instalação de guarda corpo com tela na passarela, execução de piso intertravado no entorno e drenagem de águas pluviais.

LOCAL: AVENIDA NAYLOR DE OLIVEIRA - PASSARELA.

Execução de passarela metálica e mureta para separação de trânsito de carros e pedestres.

Obra Emergencial:

OBJETO: Obras Emergenciais de Contenção, com solo grampeado, gabiões e Drenagem de Solo.

LOCAL: Rua Coração de Maça - Castro Alves - Cidade Tiradentes.

Contenção de margem de córrego com gabião execução de solo grampeado e drenagem no talude.

Quanto as ações da Supervisão de habitação:

Todos os casos e ações quando solicitadas pela Defesa Civil são prontamente atendidas pela Supervisão da Habitação e posteriormente encaminhadas a Secretaria da Habitação. Ao término da Pandemia e antes das Chuvas a Supervisão da Habitação dará a continuidade do cadastramento e atualização de dados das Famílias”.

Com atenção ao posicionamento das secretarias municipais, contudo, deve estar claro que a resolução da questão habitacional é mais do que a gestão de áreas públicas ou fiscalização e obras irregulares, de modo que a articulação entre secretarias municipais deve ser estimulada.

- Gestão tráfego – a proposta demanda qualificação da sinalização viária em Avenida dos Metalúrgicos. O Plano Regional se refere à melhoria de sistema viário e travessias de pedestres no local, por exemplo. Contudo, não trata amplamente da gestão do tráfego, tal como apresentado pela sociedade civil. O Programa de Metas 2019-2020 prevê a qualificação de calçadas, promoção da acessibilidade de calçadas e o programa Território Educador. O programa Território Educador visa qualificar o trajeto e deslocamentos casa-escola. A convergência entre proposta de sociedade civil, diretrizes de Plano Regional, e Programa de Metas 2019-2020 denota a relevância da gestão do tráfego para o

território, **o que corrobora complementação de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 55.**

Sobre essa proposta, a secretaria municipal de Mobilidade e Transportes afirma que: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00819/20-38.”*

- Oferta equipamento público de saúde – a oferta de equipamentos públicos de saúde não é apresentada diretamente pelas diretrizes de Plano Regional. De qualquer modo, o Programa de Metas 2019-2020 sinaliza Reforma CEO/CER Cidade Tiradentes - SMS; Construção CAPS AD III Cidade Tiradentes - SMS; Construção UA Adulto Cidade Tiradentes; Construção CAPS Infante Juvenil - UA Infante Juvenil Cidade Tiradentes – SMS.

Ainda, sobre a demanda da sociedade civil, *“Projeto da UBS Setor G (Acetel)”*, a secretaria municipal de Saúde afirma que: *“A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território. Nesse sentido, no segundo semestre de 2018 foi entregue a UBS Nascer do Sol pertencente a subprefeitura Cidade Tiradentes. Essa informação consta no Relatório Anual de Gestão (RAG) e pode ser consultada na página da Prefeitura, [nesse link: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865>](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865). Além disso, constam no planejamento de 2020, as reformas de duas unidades de saúde, AMA/UBS Integrada Castro Alves e UBS Gráficos.”*

A convergência entre demanda e a atuação de setorial municipal sobre o espaço urbano **sinaliza a pertinência de complementações de diretrizes apresentadas por Plano Regional ao Perímetro 53.**

A efetivação das diretrizes de Perímetro de Ação se relaciona incentivo às atividades comerciais, saneamento ambiental, melhoria e qualificação do espaço público, melhoria e qualificação do sistema viário, coleta regular de resíduos sólidos. Destaca-se a importância da questão habitacional para o entendimento das vulnerabilidades socioambientais locais. A questão habitacional é, inclusive, reforçada por participação da sociedade civil organizada, com atenção à demanda sobre a favela Maravilhas. Em termos de ações prioritárias, destaca-se a importância de estímulo ao desenvolvimento econômico, e investimentos em habitação e saneamento básico.

SUBPREFEITURA COMO UM TODO

Para debater as propostas para todo o território da Subprefeitura, cabe referenciar as diretrizes gerais para a Subprefeitura Itaim Paulista segundo o Plano Regional da Subprefeitura. São elas:

- Atender demanda por equipamentos e serviços públicos, visando o combate das desigualdades sociais;
- Ativar economicamente o território, promovendo a qualificação profissional, legalizando e incentivando as atividades econômicas em Cidade Tiradentes;
- Ampliar e qualificar o sistema de mobilidade urbana e a malha viária eliminando gargalos e nós viários;
- Implantar e qualificar sistemas de percursos de pedestres e ciclovias, com melhorias nas calçadas, travessias sobre córregos e percursos que fracionem as grandes quadras e glebas;
- Solucionar questão habitacional e urbanística, promovendo infraestrutura adequada;
- Ampliar a cobertura de abastecimento de água com qualidade e sem interrupções; a coleta, tratamento e disposição adequada dos efluentes; as redes de águas pluviais; e a coleta, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos, conforme o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Promover a regularização fundiária;
- Recuperar e preservar os ecossistemas naturais.

As propostas apresentadas pela sociedade de modo pouco específico, pertinentes à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura, aqui debatidas com atenção a todo o território da Subprefeitura, são sintetizadas e discutidas adiante.

- Gestão equipamento público - **consideramos que esta proposta não é pertinente ao desenvolvimento de Plano de Ação da Subprefeitura.** A gestão dos equipamentos públicos deve ser discutida intrasetorialmente. Vale lembrar, uma das premissas ao desenvolvimento dos PRS é a articulação entre setoriais. A proposta se referia especificamente à implementação de coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação, proposta sobre a qual não obtivemos retorno até o momento de confecção deste texto.
- Gestão de contratos - **consideramos que esta proposta não é pertinente ao desenvolvimento de Plano de Ação da Subprefeitura.** A gestão de contratos deve ser discutida intrasetorialmente. Vale lembrar, uma das premissas ao

desenvolvimento dos PRS é a articulação intersetorial. A proposta se referia aos contratos de recapeamento do sistema viário. Sobre os contratos associados ao recapeamento de sistema viário, a secretaria municipal de Subprefeituras afirma que: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Demanda já encaminhada ao fiscal do contrato”*.

- **Gestão espaço público - consideramos que esta proposta não é pertinente ao desenvolvimento de Plano de Ação da Subprefeitura.** A gestão do espaço público, em específico no que se refere aos pancadões como apresenta a sociedade civil, deve ser discutida intrasetorialmente. Vale lembrar, uma das premissas ao desenvolvimento dos PRS é a articulação intersetorial. Sobre os pancadões, a secretaria municipal de Subprefeituras afirma que: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Faz parte das ações fiscais da Subprefeitura autuar bares e assemelhados tanto por falta de licença de funcionamento como por permanecerem abertos após às 01:00hs, desde que não possuam o devido isolamento acústico. Comandos aos finais de semana da Subprefeitura em conjunto com PSIU, Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana visam coibir os ditos "pancadões", cada órgão fazendo o que é de sua competência. Reclamações por falta de licença são tratadas pelo devido processo legal através das demandas protocoladas pelos cidadãos ou vistoriados de ofício pelos Agentes Vistores”*.
- **Comunicação e a oferta de ecopontos – o Plano Regional prevê a coleta, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos, não sendo necessárias complementações de diretrizes gerais para a Subprefeitura.** Sobre a maior divulgação sobre ecopontos, a secretaria municipal de Subprefeituras afirma que: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Esta demanda já foi passada ao departamento de Comunicação de AMLURB e está sendo desenvolvida uma estratégia para ser implantada em 2020.”*
- **Oferta de equipamentos públicos de saúde e sede do conselho tutelar – dadas as características de vulnerabilidade social em Cidade Tiradentes, o Plano Regional prevê em forma de diretriz a oferta de equipamentos e serviços públicos, não sendo necessárias complementações de diretrizes gerais para a Subprefeitura.**

Sobre as demandas da sociedade civil, em específico, verificam-se sobre a saúde: *“Construção da UBS Saradin”* e *“Centro de Especialidade no setor”*. Sobre essas, a Secretaria Municipal de Saúde afirma, respectivamente:

“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território. Contudo, no segundo semestre de 2018 foi entregue a UBS Nascer do Sol pertencente a Cidade Tiradentes. Essa informação consta no Relatório Anual de Gestão (RAG) e pode ser consultada na página da Prefeitura, nesse link:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=195865>>. Além disso, pertence ao planejamento de 2020 reforma de duas unidades de saúde, AMA/UBS Integrada Castro Alves e UBS Gráficos”.

“Centro de Especialidades é uma demanda presente no planejamento de 2020, no sentido de manter e qualificar os serviços já implantados. Além disso, o planejamento contempla a implantação de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil III e, reforma do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)/Centro Especializado em Reabilitação (CER)”.

Não há devolutiva sobre a construção de uma sede ao conselho tutelar até o momento de elaboração deste texto.

- Resolução questão habitacional – dadas as características de precariedades urbana e habitacional, inclusive fundiária, o Plano Regional já dedica atenção ao tema habitacional, **não sendo necessárias complementações de diretrizes gerais para a Subprefeitura.**

Especificamente, são as propostas da sociedade civil: *“Relacionado ao PDE, a necessidade do Programa de Regularização Fundiária e Urbanística inclusive nas COHABs” e “Promover o Programa Cidade Legal”.*

Sobre essas demandas, a secretaria municipal de Habitação informa que *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020”.* Respectivamente, detalha: *“Existem procedimentos de regularização fundiária em andamento para áreas e conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes” e “Programa Cidade Legal é do Governo do Estado e a SEHAB possui convênio para realização de regularização fundiária por meio desse programa”.*

- Prover infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos e oferta de ecopontos - dadas as características de vulnerabilidade socioambiental em Cidade Tiradentes, o Plano Regional já dedica atenção ao tema do saneamento

ambiental e coletas de resíduos sólidos, **não sendo necessárias complementações de diretrizes gerais para a Subprefeitura.**

De modo amplo e geral, as contribuições da sociedade civil vão ao encontro e reforçam as diretrizes contidas no Plano Regional da Subprefeitura. Exemplos são as propostas de oferta equipamento público de saúde, a resolução questão habitacional, e provisão de infraestrutura de saneamento básico, com atenção aos córregos e oferta de ecopontos. Tal alinhamento legitima, uma vez mais, os Planos Regionais, enquanto produto da gestão democrática, e enquanto instrumento urbanístico.

Reforçada a importância de PRS, ganha força a priorização de Perímetros de Ação. A partir de estudos técnicos, e consulta à sociedade civil, a principal etapa é a efetiva implementação das diretrizes correspondentes aos Perímetros de Ação prioritários, debate que deve ser considerado no processo orçamentário e Programa de Metas 2021-2024, de modo a garantir os recursos financeiros como condição à melhoria das condições de vida local.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

A presente seção apresenta as considerações e recomendações técnicas sobre as ações prioritárias para a implementação dos Perímetros de Ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura Cidade Tiradentes, conforme sinaliza o **Quadro 9**.

A consulta à sociedade civil, às secretarias municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações são propostas com aderência ao Plano de Ação da Subprefeitura, à Subprefeitura como um todo e aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Cidade Tiradentes.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas sociedade civil
Perímetro 58 - Conjunto Barro Branco E Região De Vila Yolanda, Jardim Fátima E Jardim Pérola	Investimentos em provisão habitacional, regularização fundiária, provisão de infraestrutura e serviços urbanos básicos, com destaque ao saneamento básico.	Resolução questão habitacional
		Oferta equipamento público de saúde
Perímetro 53 - Estrada do Iguatemi, Aveniza Souza Ramos e Arredores	Implantação de Monotrilho Linha 15 do Metrô Vila Prudente / Cidade Tiradentes e implantação de Corredor de Ônibus Municipal Perimetral Leste. Investimentos em provisão habitacional, regularização fundiária, provisão de infraestrutura e serviços urbanos básicos, com destaque ao saneamento básico.	Resolução questão habitacional
		Oferta equipamento público de saúde
		Gestão tráfego
Perímetro 55 - Setor G, Setor Ferroviários e Arredores	Estímulo ao desenvolvimento econômico, e investimentos em habitação e saneamento básico.	Resolução questão habitacional
		Gestão do tráfego
		Oferta equipamento público de saúde
Diretrizes complementares a partir das propostas sociedade civil para a Subprefeitura como um todo		
Subprefeitura como um todo	Não há complementação de diretrizes.	

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura é a aplicação em ciclos de planejamento do Plano Regional da Subprefeitura. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear o gasto público e a implementação de ações e atividades prioritárias de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos

pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se inicia em 2019, e adota como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, este notadamente articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolhe, debate e valida as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e ainda considerando o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A complexidade e a grande demanda de ações prioritárias, como aponta o **Quadro 9 Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Cidade Tiradentes**, explicita a necessidade de investimentos públicos articulados, robustos e contínuos nas Subprefeituras. A efetivação do Plano de Ação da Subprefeitura é sustentada pelo desenvolvimento e implementação de projetos e intervenções urbanas associados aos Perímetros de Ação Prioritários e respectivas diretrizes.

Em específico, no caso da Subprefeitura Cidade Tiradentes, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura, com destaque à consulta à sociedade civil, ilumina os problemas urbanos de Cidade Tiradentes. Como já dito, trata-se de território dotado de vulnerabilidades socioambientais, com baixa oferta de empregos formais e baixo perfil de renda, com demandas por investimento em habitação, saneamento ambiental, oferta de equipamentos e serviços públicos básicos, mobilidade urbana, por exemplo. A dissolução dessas precariedades justifica e norteia a implementação de sistema municipal de planejamento urbano e a apresentação de propostas pela sociedade civil.

O desenvolvimento econômico com inclusão social, universalização do acesso a serviços e equipamentos básicos, por exemplo, não seria possível entre os anos de

2016 e 2020. Para a efetivação gradual do acesso às infraestruturas e serviços de saneamento básico, por exemplo, seria pertinente a articulação entre contrato de concessão desses serviços estabelecido entre o governo municipal e estadual em 2010, Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB e Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no município de São Paulo, assim como a especificação de prioridades e investimentos para os territórios das Subprefeituras.

A priorização de Perímetros de Ação contribui para o estabelecimento de uma terceira lógica de implementação de políticas públicas locais, articuladas entre si e a partir do espaço, orientadas por Perímetros de Ação, e com atenção às demandas populares. Isso pode significar uma mudança incremental no tratamento das precariedades, por meio da maior efetividade dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário poderia considerar esses fundos municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

O Plano Regional da Subprefeitura foi aprovado em 2016 com horizonte de planejamento para 2029, e observa-se que as diretrizes apresentadas pelos Perímetros de Ação Prioritários são válidas, permanecem importantes e devem ser efetivadas. Esse fato é evidenciado durante as etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021. Por isso é importante ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras, a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados e informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, potencializa a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.